Uma pedra sobre o negacionismo ao redor das adulterações das obras de Allan Kardec

Vamos colocar uma pedra sobre o negacionismo ao redor das adulterações das obras de Allan Kardec, demonstrando que são fatos inegáveis, senão pelos orgulhosos obstinados.

O desvio da Federação Espírita Brasileira: como o roustainguismo afastou do Espiritismo o Movimento Espírita

A Federação Espírita Brasileira é uma instituição roustainguista que formou um Movimento Espírita que contraria o Espiritismo. Entenda.

Projeto Semear — Formação de Grupos de Estudos

O Projeto Semear visa fomentar a criação a criação de grupos de estudos de Espiritismo sobre, necessariamente, as obras de Allan Kardec

A mais dura comunicação mediúnica recebida por Kardec: Plano de campanha contra o Espiritismo

No dia 10 de novembro de 1867, pelo médium Sr. T..., Kardec recebeu uma comunicação muito séria, a respeito do papel dos inimigos na luta contra o Espiritismo

---

O livro A Gênese, de Allan Kardec, foi mesmo adulterado?

O livro A Gênese foi adulterado, mas, usando de subterfúgios, algumas pessoas tentam direcionar as opiniões, sem trazer à mesa todos os fatos.

O canal Mesa Girante e as adulterações em O Céu e o Inferno

Recentemente o canal Mesa Girante, no Youtube, produziu um vídeo onde o autor trata de, debochadamente, tentar invalidar a importância da obra por supostas precipitações de Paulo Henrique ao tratar do tema, no vídeo.

A mais forte evidência de adulteração de O Céu e o Inferno, de Allan Kardec

São **fatos jurídicos incontestes** as **adulterações** de A Gênese e O Céu e o Inferno, pela mera questão de terem sido lançadas edições, com alterações, após a morte do autor e sem o depósito legal – assim afirmam ao menos quatro operadores jurídicos especializados: **Simoni Privato**, **Júlio Nogueira**, **Lucas Sampaio** e **Marcelo Henrique**. Esse **fato legal** está **acima** de qualquer cogitação e, por conta disso, federações espíritas de outros países, **em respeito à lei**, voltaram à terceira edição da obra. Infelizmente, a Federação Espírita Brasileira, tendo muito a recapitular ao tomar essa atitude (já que os textos original de O Céu e o Inferno e A Gênese contraditam uma infinidade de erros que povoam a generalidade das publicações por ela editadas e impressas) ainda reluta contra esses fatos, baseando-se em argumentações de leigos em matéria de direito autoral.

Além do fato jurídico e do necessário respeito à lei, pelo estudo, acabamos de identificar mais uma evidência, talvez a mais determinante de todas, da adulteração de O Céu e o Inferno, obra de Allan Kardec, justamente na parte que exprimia a filosofia doutrinária em sua mais clara e pura face.

Em O Livro dos Espíritos, Kardec trata da questão dos Espíritos que escolheram sempre o caminho do bem (tratamos disso também no artigo "Reforma Íntima e Espiritismo":

Existem Espíritos que sempre escolheram o caminho do bem

> *121. Por que é que alguns Espíritos seguiram o caminho do bem e outros o do mal?*

“Não têm eles o livre-arbítrio? Deus não criou Espíritos maus; criou-os simples e ignorantes, isto é, tendo tanta aptidão para o bem quanta para o mal. Os que são maus, assim se tornaram por vontade própria.”

*133. Têm necessidade de encarnação os Espíritos que **desde o princípio seguiram o caminho do bem**?*

“Todos são criados simples e ignorantes e se instruem nas lutas e tribulações da vida corporal. Deus, que é justo, não podia fazer felizes a uns, sem fadigas e trabalhos, conseguintemente sem mérito.”

a) — Mas, então, de que serve aos Espíritos terem seguido o caminho do bem, se isso não os isenta dos sofrimentos da vida corporal?

*“**Chegam mais depressa ao fim**. Ademais, as aflições da vida são muitas vezes a consequência da imperfeição do Espírito. Quanto menos imperfeições, tanto menos tormentos. Aquele que não é invejoso, nem ciumento, nem avaro, nem ambicioso, não sofrerá as torturas que se originam desses defeitos.”*

O Livro dos Espíritos. Grifos nossos.

Confirmados pelos Espíritos, existem aqueles que sempre escolheram o caminho do bem, **o que não os livra da necessidade de encarnar, para seu desenvolvimento**. Assim, não têm o que expiar, dado que a expiação é a escolha consciente de provas e oportunidades que lhes ajudem a desapegar de **imperfeições conscientemente adquiridas** (lembrando que errar, meramente, não é adquirir imperfeições, desde que o erro seja superado pelo aprendizado. O que gera imperfeições é a repetição consciente do erro).

Além disso, é mais que lógico que aquele que tenha superado, através da expiação, uma imperfeição adquirida, não tem mais o que expiar, exceto caso desenvolva novas imperfeições. Ainda assim, ele pode necessitar nascer em um planeta como a Terra, simplesmente porque suas necessidades atuais demandam ou porque escolha encarnar em missão. O próprio Jesus Cristo é o exemplo máximo desse último caso e, mesmo sendo um Espírito puro, ainda assim enfrentou as vicissitudes da matéria, sem ter nada o que expiar. Vejam aonde leva a admissão dessas falsas ideias: ao dogma de Espíritos criados à parte e que nunca estiveram, em realidade, entre nós (um dogma sustentado por Roustaing)!

Forte evidência da adulteração de O Céu e O Inferno

E aqui chegamos à **mais forte evidência da adulteração de O Céu e O Inferno**, que, na edição lançada após a morte de Kardec, introduziu dois itens no capítulo VIII (que se tornou capítulo VII):

> *9.º — Toda falta cometida, todo mal realizado, é uma dívida contraída que deve ser paga; se não o for numa existência, sê-lo-á na seguinte ou nas seguintes, porque todas as existências são solidárias umas das outras. Aquele que a quita na existência presente não terá de pagar uma segunda vez.*
>
> *10.º — O Espírito sofre a pena de suas imperfeições, seja no mundo espiritual, seja no mundo corporal.* ***Todas as misérias, todas as vicissitudes que suportamos na vida corporal são decorrentes de nossas imperfeições, expiações de faltas cometidas, seja na existência presente, seja nas precedentes****.*
>
> *O Céu e o Inferno, quarta edição. FEB. Grifos meus.*

Esses dois itens, repito, **não existiam na terceira edição da obra, lançada e impressa por Kardec em vida.** Admitir que Kardec tenha incluído esses itens nessa edição, **em especial o item 10**, seria admitir que Kardec entrou em contradição com tudo o que havia desenvolvido até então.

Para dar suporte a essa falsa ideia, os seguintes parágrafos foram removidos na adulteração, no capítulo IX (antigo capítulo X):

> *Nos primeiros estágios de sua existência, os espíritos estão sujeitos à encarnação material, que é necessária ao seu desenvolvimento, até que tenham chegado a um certo grau. O número das encarnações é indeterminado, e subordina-se à rapidez do progresso, que ocorre na razão direta do trabalho e da boa vontade do espírito, que age sempre em função de seu livre-arbítrio. Aqueles que, por sua incúria, negligência, obstinação ou má vontade permanecem mais tempo nas classes inferiores, sofrem disso as consequências, e o hábito do mal dificulta-lhes a saída desse estado. Um dia, porém, cansam-se dessa existência penosa e dos sofrimentos daí decorrentes. É então que, ao*

comparar sua situação à dos bons espíritos, compreendem que seu interesse está no bem, procurando então melhorar-se, mas o fazem por vontade pró- pria, sem que a isso sejam forçados. Estão submetidos à lei do progresso por conta de sua aptidão a progredir, mas não o fazem contra a própria vontade. Fornece-lhes Deus incessantemente os meios de progredir, mas são livres para se aproveitarem destes ou não. Se o progresso fosse obrigatório, nenhum mérito os espíritos teriam, e Deus quer que tenham todos o mérito de suas obras, não privilegiando ninguém com o primeiro lugar, posto franqueado a todos, mas que o alcançam somente através dos próprios esforços. Os anjos mais elevados conquistaram sua posição percorrendo, como os demais, a rota comum. Todos, do topo à base, pertenceram ou pertencem ainda à humanidade.

Os homens são, assim, espíritos encarnados mais ou menos adiantados, e os espíritos são as almas dos homens que deixaram seu invólucro material. A vida espiritual é a vida normal do espírito. O corpo não é senão uma vestimenta temporária, apropriada às funções que devem exercer na Terra, tal como o guerreiro veste a armadura e a cota de malha para o momento do combate, delas despindo-se após a batalha, para eventualmente vesti-las de novo quando chegada a hora de uma nova luta. A vida corporal é o combate que os espíritos devem enfrentar para avançar, para o que se revestem dessa armadura que é para eles ao mesmo tempo um instrumento de ação, mas também um embaraço.

Ao encarnarem, os espíritos trazem suas qualidades inerentes. Os espíritos imperfeitos constituem, portanto, os homens imperfeitos; aqueles mais adiantados, bons, inteligentes, instruídos, são os homens instintivamente bons, inteligentes e aptos a adquirir com facilidade novos conhecimentos. Da mesma forma, os homens, ao morrer, fornecem ao mundo espiritual espíritos bons ou maus, adiantados ou atrasados. O mundo corporal e o mundo espiritual suprem-se assim constantemente um ao outro.

Entre os maus espíritos há os que têm toda a perversidade dos demônios, aos quais pode-se aplicar perfeitamente a imagem que se faz desses últimos. Quando encarnados, constituem os homens perversos e astuciosos que se comprazem no mal, parecendo criados para a desgraça de todos os que são atraídos para sua intimidade, e dos quais pode-se dizer – sem que isso constitua ofensa – que são demônios encarnados.

Tendo alcançado um certo grau de purificação, os espíritos recebem missões compatíveis com seu adiantamento, desempenhando dessa forma todas as funções atribuídas aos anjos de diferentes ordens. Como Deus criou desde sempre, também desde sempre houve espíritos suficientes para atender a todas as necessidades do governo do Universo. Uma só espécie de seres inteligentes, submetidos à lei do progresso, é, portanto, suficiente para tudo. Essa unidade na criação, juntamente à ideia de que todos têm uma mesma origem comum, o mesmo caminho para percorrer, e que se elevam todos por seu mérito próprio, corresponde muito melhor à justiça de Deus do que à criação de espécies diferentes, mais ou menos favorecidas por dons naturais, equivalentes a privilégios.

O Céu e o Inferno – Editora FEAL

Notem, também, o seguinte trecho de O Livro dos Espíritos (grifos meus):

399. *Sendo as **vicissitudes da vida corporal** expiação das faltas do passado e, ao mesmo tempo, provas com vistas ao futuro , seguir-se-á que da natureza de tais vicissitudes se possa inferir de que gênero foi a existência anterior ?*

*“ **Muito amiúde é isso possível** , pois que cada um é punido naquilo por onde pecou. **Entretanto, não há que tirar daí uma regra absoluta**. As tendências instintivas constituem indício mais seguro, visto que as provas por que passa o Espírito são determinadas tanto pelo que respeita ao passado, quanto pelo que toca ao futuro .”*

Isto aqui é muito importante. Kardec, em suas obras, vem sempre numa construção crescente, várias vezes repetindo aquilo que já era compreendido como fato da ciência espírita. Quando ele houvesse de contrariar um ponto, por uma correção de entendimento, ele era muito claro sobre isso. Eis que, “do nada”, Kardec teria contrariado a Doutrina para dizer o seguinte, fazendo regra:

*“Pela natureza dos sofrimentos e das vicissitudes suportadas **na vida corpórea** , pode-se julgar da natureza das faltas cometidas numa existência precedente, e das imperfeições que lhe são a causa.”* (Allan Kardec, O Céu e o Inferno, 4a

edição, adulterada).

Percebe que isso é incongruente com o entendimento de Kardec sobre o Espiritismo e com sua maneira de se portar? O mesmo ele teria feito no parágrafo anterior a esse, o que é impossível, já que, depois, ele voltaria a contrariar essas opiniões erradas, n'A Gênese. Isso é capital, pois essa ideia está diretamente ligada à influência roustainguista na adulteração dessa obra, no capítulo que é, basicamente, o cerne, a base da teoria moral espírita.

Mais evidências da ideia original

Apresento, a seguir, mais alguns trechos da obra de Kardec que evidenciam o verdadeiro entendimento sobre o assunto (**a encarnação não é resultado exclusivo da expiação**):

> *"Segundo um sistema que tem algo de especioso à primeira vista, os Espíritos não teriam sido criados para se encarnarem e a encarnação não seria senão o resultado de sua falta.* ***Tal sistema cai pela mera consideração de que se nenhum Espírito tivesse falido, não haveria homens na Terra, nem em outros mundos****. Ora, como a presença do homem é necessária para o melhoramento material dos mundos; como ele concorre por sua inteligência e sua atividade para a obra geral, ele é uma das engrenagens essenciais da Criação.* ***Deus não podia subordinar a realização desta parte de sua obra à queda eventual de suas criaturas****, a menos que contasse para tanto com um número sempre suficiente de culpados para fornecer operários aos mundos criados e por criar.* ***O bom-senso repele tal ideia****."*
>
> *KARDEC. Revista espírita — 1863 > junho > Do príncipio da não-retrogradação do Espírito. Grifos nossos.*

Nesse artigo, nesse trecho, Kardec está evidentemente refutando, de maneira firme, a mesma ideia transmitida nos Quatro Evangelhos de Roustaing (que somente seria lançado em 1865), de que a encarnação se daria apenas para expiação, isto é, quando o Espírito é "culpado":

A ideia da encarnação como castigo, dissemos, é uma ideia totalmente ligada aos dogmas de Roustaing:

N. 59. Que é o que devemos pensar da opinião que se formula assim: "Do mesmo modo que, para o Espírito em estado de formação, a materialização nos reinos mineral e vegetal e nas espécies intermediárias e igualmente a encarnação no reino animal e nas espécies intermediárias é uma necessidade e não um castigo resultante de falta cometida, também, para o Espírito formado, que já tem inteligência independente, consciência de suas faculdades, consciência e liberdade de seus atos, livre arbítrio e que se encontra no estado de inocência e ignorância, a encarnação, primeiro, em terras primitivas, depois, nos mundos inferiores e superiores, até que haja atingido a perfeição, é uma necessidade e não um castigo"?

Não; a encarnação humana não é uma necessidade, é um castigo, já o dissemos. E o castigo não pode preceder a culpa.

O Espírito não é humanizado, também já o explicamos, antes que a primeira falta o tenha sujeitado à encarnação humana. Só então ele é preparado, como igualmente já o mostramos, para lhe sofrer as conseqüências.

ROUSTAING, Jean B. Quatro Evangelhos, Tomo I

É fácil observar a semelhança dessa ideia com aquele introduzida na 4a edição de O Céu e o Inferno: a de que a encarnação somente se dá quando o Espírito é culpado de um erro anterior.

Continuemos com as evidências da ideia original de Kardec e da Doutrina:

132. Qual o objetivo da encarnação dos Espíritos?

"Deus lhes impõe a encarnação com o fim de fazê-los chegar à perfeição. Para uns, é expiação; para outros, missão. Mas, para alcançarem essa perfeição, têm que sofrer todas as vicissitudes da existência corporal: nisso é que está a expiação […]

O Livro dos Espíritos

Para uns, é expiação; para outros, missão. "Para alcançarem essa perfeição, têm que sofrer todas as vicissitudes da existência corporal: **nisso é que está a expiação**", ou seja, a expiação, tratada no meio religoso como um processo de

remissão de pecados pelos castigos divino, aqui, para o Espiritismo, é apenas o processo de aprendizado e de desenvolvimento do Espírito.

> *Contudo, a fatalidade não é uma palavra vã. Existe na posição que o homem ocupa na Terra e nas funções que aí desempenha, em conseqüência do gênero de vida que* ***seu Espírito escolheu como prova, expiação ou missão****. Ele sofre fatalmente* ***todas as vicissitudes dessa existência*** *e todas as tendências boas ou más, que lhe são inerentes.*
>
> *O Livro dos Espíritos*

O Espírito sofre as vicissitudes da exisência escolhida pelo Espírito, **como prova, expiação ou missão**.

> *25. É um castigo a encarnação e somente os Espíritos culpados estão sujeitos a sofrê-la?*

> ***A passagem dos Espíritos pela vida corporal é necessária para que eles possam cumprir, por meio de uma ação material, os desígnios cuja execução Deus lhes confia****. É-lhes necessária, a bem deles, visto que a atividade que são obrigados a exercer lhes auxilia o desenvolvimento da inteligência. Sendo soberanamente justo, Deus tem de distribuir tudo igualmente por todos os seus filhos; assim é que estabeleceu para todos o mesmo ponto de partida, a mesma aptidão, as mesmas obrigações a cumprir e a mesma liberdade de proceder. Qualquer privilégio seria uma preferência, uma injustiça.* ***Mas, a encarnação, para todos os Espíritos, é apenas um estado transitório. É uma tarefa que Deus lhes impõe, quando iniciam a vida, como primeira experiência do uso que farão do livre-arbítrio****. Os que desempenham com zelo essa tarefa transpõem rapidamente e menos penosamente os primeiros graus da iniciação e mais cedo gozam do fruto de seus labores. Os que, ao contrário, usam mal da liberdade que Deus lhes concede retardam a sua marcha e, tal seja a obstinação que demonstrem, podem prolongar indefinidamente a necessidade da reencarnação, caso em que ela se lhes torna um castigo. — S. Luís. (Paris, 1859.)*
>
> *KARDEC. O Evangelho segundo o Espiritismo > Capítulo IV — Ninguém poderá*

ver o reino de Deus se não nascer de novo > Instruções dos Espíritos. > Necessidades da encarnação. > 25. Grifos nossos.

Evidentemente, os Espíritos demonstram que a encarnação é necessária a todos, de maneira que, enquanto se desenvolvem, fazem sua parte na Criação.

*Os exemplos de castigos imediatos são menos raros do que se crê. Se se remontasse à fonte de todas as vicissitudes da vida, ver-se-ia aí, **quase sempre**, a conseqüência natural de alguma falta cometida. O homem recebe, a cada instante, terríveis lições das quais infelizmente bem pouco aproveita.*

Revista Espírita, 1864

Quase sempre as fontes de todas as vicissitudes da vida remontam à consequencia natural de alguma falta cometida.

*[O homem de bem] Sabe que todas as vicissitudes da vida, todas as dores, todas a decepções, **são provas ou expiações**, e as aceita sem murmurar.*

O Evangelho Segundo o Espiritismo

Todas as vicissitudes da vida são provas ou expiações. Prova: tudo aquilo que nos serve ao aprendizado, todas as dificuldades da vida. **Expiação**: certos gêneros de provas, escolhidas para o exercício de desapego de uma imperfeição adquirida.

*"Esta pergunta dos discípulos "É o pecado deste homem a causa de nascer cego" indica a intuição de uma existência anterior. Caso contrário, não teria sentido, porque o pecado que seria a causa de uma enfermidade de nascença deveria ter sido cometido antes do nascimento e, por consequência, em uma existência anterior. Se Jesus tivesse visto aí uma ideia falsa ele teria dito: "Como esse homem teria podido pecar antes de estar entre nós?" Em lugar disso ele lhes disse que, se o homem é cego, não significa que tenha pecado, mas, a fim de que o poder de Deus brilhe nele; é como dizer que ele devia ser o instrumento de uma manifestação do poder de Deus. **Se isso não era uma expiação do passado, é uma prova de que devia servir a seu progresso**, porque Deus, que é justo, não poderia lhe impor um sofrimento sem compensação."*

KARDEC, Allan. A Gênese. 4a edição. "Cego de Nascença". Grifos nossos.

Nesse trecho, onde Kardec trata da cura da cegueira, feita por Jesus, ele faz a seguinte observação: "**Se isso não era uma expiação do passado, é uma prova de que devia servir a seu progresso**". Ora, isso quer dizer que, para ele, e de acordo com o Espiritismo, as vicissitudes não se dão apenas como expiação, mas também como ferramenta de aprendizado. **Esse trecho consta inclusive da 5a edição de A Gênese** (a edição adulterada), e Kardec não pode ter se contradito em suas ideias em cada uma das obras. Esse não é o Kardec que conhecemos.

Motivo da adulteração

Todo aquele que está investigando o assunto seriamente, e que investigou também a adulteração de A Gênese, perceberá algo em comum entre as duas adulterações: o princípio do dogma da encarnação como o resultado do castigo pelo pecado – dogma fortemente limitador e aprisionante, repercutido por Roustaing e ensinado pelos Espíritos mistificadores que com ele se comunicavam, através da médium Emilie Collignon. Contra a sua teoria, existe um simples detalhe: Jesus.

Jesus, o Espírito mais evoluído que já encarnou entre nós, não tinha nada a "pagar", posto que era Espírito puro. Como resolver esse problema? Dizendo que Jesus não encarnou, mas que, em verdade, foi um *agênere*, isto é, um Espírito materializado, que simplesmente nos enganou ao longo de sua trajetória.

O ponto é que, em O Céu e o Inferno, foram removidas as ideias doutrinárias que demonstravam a encarnação como necessária a todos, bons e maus, e foi acrescentada a ideia de que tudo o que passamos é fruto de expiações de erros de vidas passadas (item 10, cap. 7, *Código Penal da Vida Futura*); já na adulteração de A Gênese, não por acaso, o item 67 do capítulo XV foi removido, e, como demonstra Henri Netto,

> *[...] a renumeração do item 68 como se fosse o 67, oculta a apreciação lógica (ainda que em termos de suposições) sobre o destino do envoltório corporal de Yeshua, após o seu sepultamento. Qual seria a razão de Kardec, depois de repelir a tese docetista ("corpo fluídico" de Jesus), e afirmar a sua natureza*

humana, para suprimir suas judiciosas considerações acerca do tema?

NETTO, Henri. À procura da dúvida: onde está a verdade? Publicado no site Espiritismo com Kardec – ECK, em 24/12/2023. Disponível em comkardec.net.br/a-procura-da-duvida-onde-esta-a-verdade-por-henri-netto

Ou seja: em A Gênese, para dar suporte às adulterações de O Céu e o Inferno, atacou-se a ideia que demonstra, pelo exemplo inequívoco, que a encarnação não serve apenas para expiação (acrescentando-se aqui que *expiação* é o ato consciente da escolha de provas visando o retorno ao bem, para os Espíritos que, em minoria, escolheram o apego ao erro e, assim, desenvolveram imperfeições). Removeu-se uma ideia doutrinária, ainda que a recomendação do Espírito, que se comunicou a Kardec sobre o assunto da nova edição, tenha sido de não remover absolutamente nada que fosse relacionado às ideias doutrinárias.

Conclusão

De duas, uma: ou Kardec fez essa alteração, ou ele não fez essa alteração. Se ele mesmo fez essa alteração, então contradisse todo seu entendimento anterior e, além disso, demonstra um estado de saúde mental alterado, já que contradisse essa ideia n'A Gênese, inclusive em sua quinta edição, como demonstramos acima.

Ora, sabendo que Kardec deixa muito claro seu entendimento de que a encarnação não pode ser resultado exclusivo da expiação e conhecendo seu estado de saúde mental sadio, até o dia de sua morte, podemos chegar a apenas uma conclusão: essa obra **foi adulterada**.

A alteração é muito clara: "Todas as misérias, todas as vicissitudes que suportamos na vida corporal são decorrentes de nossas imperfeições, expiações de faltas cometidas". Isso é claramente a ideia de Roustaing, e a essência desse capítulo foi perdida com a alteração, para implantar os mesmos dogmas que esse senhor aceitava e defendia:

"Não; a encarnação humana não é uma necessidade, é um castigo, já o dissemos. E o castigo não pode preceder a culpa".

ROUSTAING, Jean B. Quatro Evangelhos, Tomo I, item 59

Muitos dirão, ainda, que o item 16 do cap. VII de O Céu e o Inferno (a versão adulterada) encerra o mesmo princípio removido do item 8, original:

> *16.º — O arrependimento é o primeiro passo para o aperfeiçoamento; mas sozinho não basta; são precisas ainda a expiação e a reparação.*
>
> *Arrependimento, expiação e reparação são as três condições necessárias para apagar os traços de uma falta e suas consequências.*
>
> *O arrependimento suaviza as dores da expiação, dando esperança e preparando as vias da reabilitação; mas somente a reparação pode anular o efeito, destruindo a causa; o perdão seria uma graça e não uma anulação.*

Contudo, perguntamos: em que se torna a arrependimento, a expiação e a reparação, quando submetidas às ideias inseridas pelas adulterações, senão no cumprimento de uma sentença ou de um castigo? Em que se torna o erro, parte do aprendizado, senão em uma condenação? E, vendo sob esse ângulo, perguntamos: o indivíduo que é levado a pensar dessa maneira, como age ante à vida? Age austeramente, buscando superar o erro, ou, crendo-se condenado, se submete à inação ou, pior, descamba por mais erros ainda? E ante ao próximo, que sofre as vicissitudes da vida? Vê nele um irmão que requer o nosso apoio, um ser capaz de superar suas dificuldades pelo aprendizado, ou vê nele mais um condenado, sobre o qual nada se pode fazer, já que cumpre sua sentença? Finalmente: tudo isso leva ao estado de cooperação, em busca do progresso, ou leva ao materialismo e ao egoísmo?

São perguntas que cada um se deve fazer, de posse do conhecimento que, para mim, demorou três anos para ser clarificado e estabelecido. Quem sabe, com tudo isso, eu possa ajudar a diminuir esse tempo para você.

Inimigos do bem se esforçam por retardá-lo

É muito evidente que o capítulo mais importante de O Céu e o Inferno, justamente aquele que continha a essência da filosofia doutrinária, foi propositadamente adulterado. As ideias originalmente estabelecidas foram completamente

remodeladas segundo dogmas ligados à ideia da queda pelo pecado, atrasando, por mais de 150 anos, o desenvolvimento do Espiritismo na face da Terra. Chega. Agora é hora de **recuperar e de estudar**. Recomendamos a leitura das nossas **Obras Recomendadas.**

Os esforços daqueles que tentam obter o domínio da verdade estão ligados às concepções de velho mundo. São Espíritos ainda incapazes de compreender a essência do Espiritismo e que, conscientemente ou não, lutam contra suas ideias de autonomia e de liberdade. Como diria Kardec, deixemos que o tempo se encarregue deles.

Dizem eles terem provado sumariamente a não adulteração e, assim, refutado **todas** as evidências em contrário. Assim sendo, peço a esses indivíduos que expliquem essa alteração **ilógica** e **contraditória** a toda a doutrina.

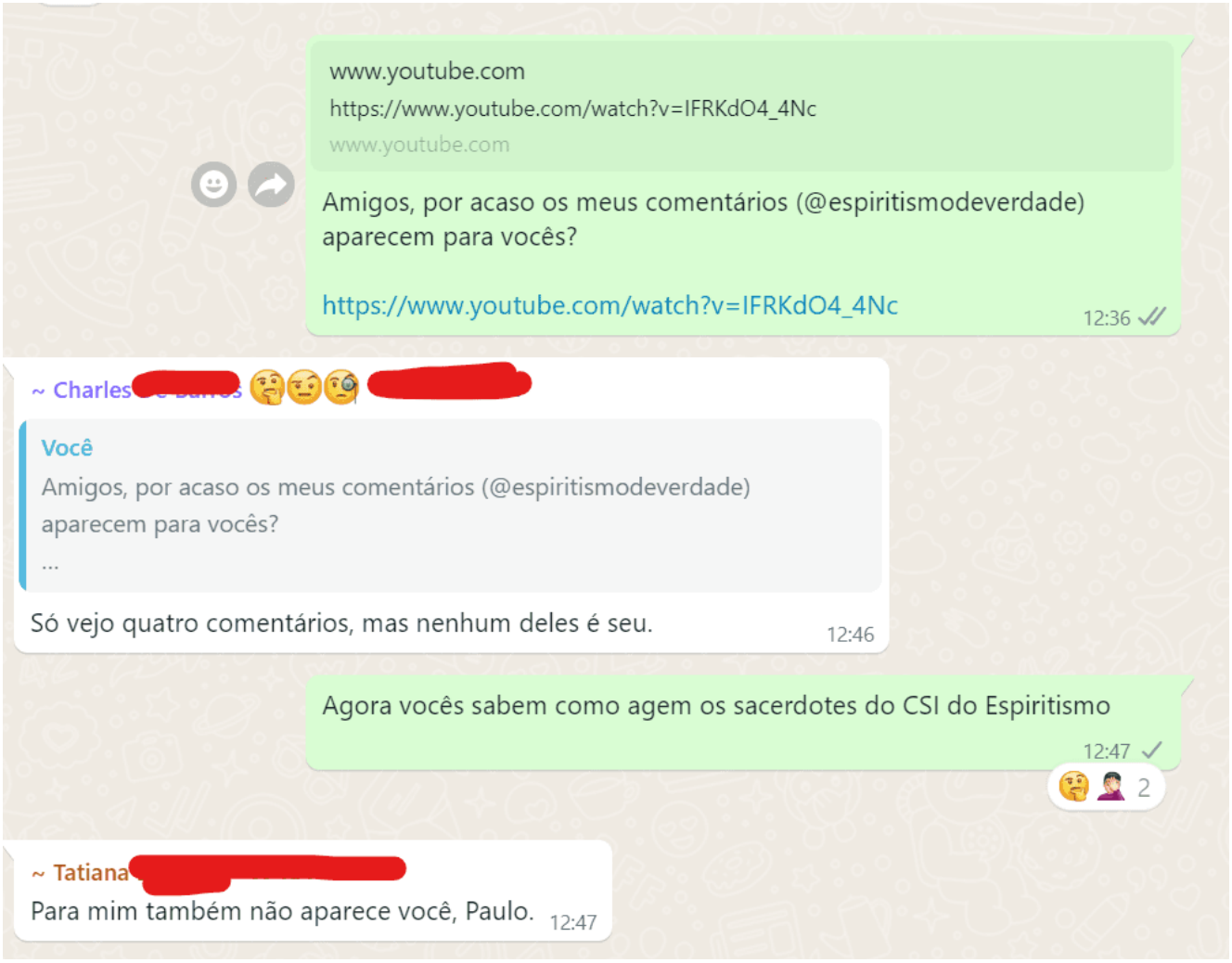
Como agem os sacerdotes

Para Leymarie, os fatos e a discussão sobre eles não importavam. Para manter a sua versão, visava dominar a verdade com subterfúgios diversos. Tentava tomar domínio da opinião espírita e escondia tudo o que pudesse depor contra suas ideias. Assim agem, também, aqueles que contrariam os fatos da adulteração com o "canto de sereia", como diria Marcelo Henrique.

Há poucos dias, comentei no vídeo " O Livro A Gênese foi mesmo adulterado?", publicado no canal Grupo Espírita Revelare, no Youtube:

Não por acaso, meus comentários não aparecem para mais ninguém, pois estou oculto no canal.

O LIVRO “A GÊNESE” FOI MESMO ADULTERADO?
Grupo Espírita Educa
188 inscritos
Inscrever-se
17
Compartilhar
1,4 mil visualizações há 2 semanas
Certamente você já conhece a polêmica em torno da suposta adulteração do livro “A Gênese”, de Allan Kardec. Mas será que essas suspeitas têm fundamento? Será que a quinta edição de A Gênese é mesmo uma fraude? ...mais
4 comentários
Ordenar por
Adicione um comentário...
[redacted] há 5 dias
Amei a produção! Parabéns!
1
Responder
[redacted] há 13 dias
Parabéns! Ficou sensacional!
1
Responder
[redacted] há 13 dias (editado)
Excelente sintese!
Apenas um aclaramento: existem as matrizes e as matrizes fundidas (que são chamadas de clichês).
As matrizes são como formas que permitem a fundição posterior das matrizes fundidas (em ferro)...
Ler mais
Responder
1 resposta
@GrupoEspiritaEducare há 6 dias
Obrigado pela observação [redacted]
1
Responder



Allan Kardec e a revolução moral da humanidade

Allan Kardec e a Revolução Moral da Humanidade — Palestra de Paulo Henrique de Figueiredo

---

A Cura do Perispírito

a chamada “cura do perispírito” não ocorre por recursos meramente externos, mas sim pela mudança moral do próprio Espírito, cuja transformação de pensamentos e sentimentos purifica os fluidos de seu envoltório e restaura sua harmonia espiritual.

A Aplicação Prática dos Princípios do Espiritismo

O Céu e o Inferno aprofunda e aplica na prática os princípios espirituais estabelecidos em O Livro dos Espíritos, examinando a evolução e a condição da alma diante da desencarnação, da justiça divina e das provas terrenas.

Por Trás da Moral: O Fundamento Científico e Natural do Espiritismo

A relação entre as obras do pensamento dos Espíritos Superiores trazido por Kardec revela uma estrutura metódica na Codificação Espírita, em que cada livro desempenha uma função específica, ao mesmo tempo em que se articula com os demais. Compreender a relação entre O Evangelho segundo o Espiritismo e A Gênese permite perceber a ligação entre o ensino moral e a compreensão das leis naturais que regem a existência.

A Lógica dos Atributos Divinos em A Gênese e O Céu e O Inferno

Uma conexão lógica entre A Gênese e O Céu e o Inferno, utilizando os atributos divinos de perfeição, justiça e bondade como critério racional para avaliar doutrinas religiosas. Kardec argumenta que a ideia de penas eternas é incompatível com essa concepção de um Deus infinitamente perfeito e misericordioso, rejeitando o conceito como uma imperfeição lógica.

A Justiça Divina em Allan Kardec: A relação entre A Gênese e O Céu e o Inferno – Editora Mundo Maior

No primeiro capítulo A Gênese
, especialmente entre os itens 30 e 38, Kardec apresenta uma visão sistematizada da justiça divina, retomando conceitos discutidos com maior profundidade em O Céu e o Inferno. A análise desses trechos revela uma construção lógica que procura explicar o destino do Espírito a partir de princípios como responsabilidade individual, progresso contínuo, reparação e transformação moral.

O Elo entre O Evangelho Segundo o Espiritismo e O Céu e o Inferno

A compreensão das penas futuras e da justiça divina sob a ótica do Espiritismo encontra uma de suas sínteses mais profundas e esclarecedoras na nota contida no Capítulo XXVII, item 21, de *O Evangelho segundo o Espiritismo*. Nessa referência, Allan Kardec convida o leitor a examinar o Capítulo VIII ((pag. 129 – O Ceu e o Inferno – Edição original – Editora Mundo Maior)) de 1865 – da primeira parte de *O Céu e o Inferno* em sua totalidade, obra que representa a elaboração definitiva da teoria moral espírita, validada tanto por uma tese racional e lógica quanto por exemplos práticos reais extraídos do plano espiritual.

A Estrutura do Capítulo VIII: A Tese dos 25 Itens

O Capítulo VIII de *O Céu e o Inferno* é composto por 25 proposições fundamentais que estruturam, passo a passo, a verdadeira face da justiça divina. Cada um desses itens desempenha um papel estratégico na exposição da doutrina: a primeira parte da obra estabelece a tese teórica de forma rigorosa, enquanto a segunda parte apresenta os depoimentos e as vivências de Espíritos nas mais variadas condições, demonstrando empiricamente como essas leis se aplicam na prática.

> *21. "O homem sofre sempre a consequência de suas faltas; não há uma só infração à lei de Deus que fique sem a correspondente punição.*
>
> *"A severidade do castigo é proporcionada à gravidade da falta.*
>
> *"Indeterminada é a duração do castigo, para qualquer falta; fica subordinada ao arrependimento do culpado e ao seu retorno à senda do bem; a pena dura tanto quanto a obstinação no mal; seria perpétua, se perpétua fosse a obstinação; dura pouco, se pronto é o arrependimento.*
>
> *"Desde que o culpado clame por misericórdia, Deus o ouve e lhe concede a esperança. Mas, não basta o simples pesar do mal causado; é necessária a reparação, pelo que o culpado se vê submetido a novas provas em que pode, sempre por sua livre vontade, praticar o bem, reparando o mal que haja feito.*

“O homem é, assim, constantemente, o árbitro de sua própria sorte; pertence-lhe abreviar ou prolongar indefinidamente o seu suplício; a sua felicidade ou a sua desgraça dependem da vontade que tenha de praticar o bem.”

Tal a lei, lei imutável e em conformidade com a bondade e a justiça de Deus. Assim, o Espírito culpado e infeliz pode sempre salvar-se a si mesmo: a lei de Deus estabelece a condição em que se lhe torna possível fazê-lo. O que as mais das vezes lhe falta é a vontade, a força, a coragem. Se, por nossas preces, lhe inspiramos essa vontade, se o amparamos e animamos; se, pelos nossos conselhos, lhe damos as luzes de que carece, em lugar de pedirmos a Deus que derrogue a sua lei, tornamo-nos instrumentos da execução de outra lei, também sua, a de amor e de caridade, execução em que, desse modo, ele nos permite participar, dando nós mesmos, com isso, uma prova de caridade. (Veja-se O Céu e o Inferno, 1.ª parte, caps. IV, VII, VIII.) ((idem))

Capítulo XXVII, item 21, de O Evangelho segundo o Espiritismo. – Edição 1866

Embora o resumo apresentado no *Evangelho* dê destaque a conceitos centrais presentes em pontos específicos, ele sintetiza o espírito de todo o conjunto que compõe esse capítulo, mostrando que a moral espírita é um sistema integrado.

Os Princípios Fundamentais da Justiça Divina

Dentro dessa estrutura de 25 itens, Kardec desconstrói os dogmas tradicionais baseados no medo e estabelece as bases lógicas da responsabilidade moral individual:

- **A Consequência Natural:** O sofrimento e a punição não decorrem de um decreto punitivo arbitrário ou de uma ira divina externa. Conforme o item 4, o castigo é a consequência natural da falta cometida. Ele deriva diretamente da própria imperfeição do Espírito, que carrega em seu íntimo os elementos da sua desarmonia e desequilíbrio.
- **Proporcionalidade da Pena:** O item 5 estabelece que a severidade do sofrimento é rigorosamente proporcional à gravidade e à natureza da falta cometida, ajustando-se com exatidão matemática e moral à condição de cada indivíduo, sem excessos inúteis.
- **Duração Indeterminada e o Arrependimento:** Os itens 8 e 9 tratam da

duração da pena, demonstrando que ela não possui caráter eterno nem prazos fixados de antemão por uma sentença irrevogável. O sofrimento permanece estritamente subordinado ao arrependimento do culpado e à sua livre vontade de se regenerar, mudar e buscar o próprio aprimoramento.

O Diálogo entre as Obras: A Conexão Cronológica e a Revisão

Um aspecto fascinante e dinâmico da Codificação Espírita é a forma como as obras dialogam entre si no decorrer do tempo. Como *O Céu e o Inferno* foi publicado posteriormente (em agosto de 1865), a menção a ele em uma nota do *Evangelho segundo o Espiritismo* evidencia o processo constante de interligação e atualização promovido por Allan Kardec.

Esse aprimoramento contínuo refletiu-se diretamente nas edições do *Evangelho*, que foram sendo cuidadosa e progressivamente revistas pelo próprio codificador — com destaque para a sua **terceira edição** (lançada em 1866), marco essencial em que a estrutura da obra foi consolidada e integrada às conclusões morais mais maduras que desabrochavam na Doutrina.

O Contexto Complementar: Os Capítulos IV e VII

Para uma compreensão verdadeiramente integral do raciocínio apontado na nota do *Evangelho*, a análise não deve se restringir apenas ao Capítulo VIII. Kardec também remete o leitor aos capítulos **IV** e **VII** da primeira parte de *O Céu e o Inferno* para enriquecer o panorama:

- O **Capítulo IV** aprofunda o entendimento filosófico sobre a natureza íntima das penas espirituais.
- O **Capítulo VII** desenvolve uma crítica rigorosa e profunda à tradicional "doutrina das penas eternas", contrapondo-a à lógica da justiça equânime, da misericórdia divina e da inabalável lei de progresso.

Conclusão

A articulação profunda entre *O Evangelho segundo o Espiritismo* e *O Céu e o Inferno* revela um sistema moral coerente, humanizador e consolador, no qual a justiça divina opera longe de qualquer fatalismo dogmático. Ao orientar o leitor a mergulhar no conjunto dessas obras, Kardec reforça que a responsabilidade espiritual é intransferível, que a dor atua como um corretivo pedagógico da consciência e que a reabilitação está sempre aberta e acessível a qualquer ser por meio do livre-arbítrio e do esforço pessoal de regeneração.

Nota: Este conteúdo baseia-se nas obras de Allan Kardec (edições autênticas da Editora Mundo Maior), focando na correlação doutrinária entre O Evangelho segundo o Espiritismo e O Céu e o Inferno.

As colônias espirituais diante de Kardec: uma análise crítica da tese de Paulo Neto

A discussão sobre a existência de colônias espirituais tornou-se recorrente no movimento espírita brasileiro, sobretudo por influência das obras atribuídas ao Espírito André Luiz, psicografadas por Chico Xavier. Entre os trabalhos que procuram demonstrar que essas descrições seriam compatíveis com Allan Kardec está *As colônias espirituais e a Codificação*, de Paulo Neto.

O problema da obra não está em admitir como hipótese a possibilidade de ambientes, agrupamentos ou construções fluídicas no mundo espiritual. Kardec oferece elementos suficientes para considerar seriamente essas possibilidades. O problema surge quando essas possibilidades são convertidas em confirmação de um modelo muito mais específico: cidades espirituais organizadas de forma semelhante às cidades humanas, dotadas de edifícios, hospitais, instituições administrativas, alimentação, transporte e outros elementos presentes principalmente nas narrativas de André Luiz.

A análise cuidadosa mostra que Paulo Neto frequentemente ultrapassa aquilo que suas próprias fontes permitem concluir.

Uma pesquisa orientada para confirmar uma conclusão

O próprio resumo da obra declara que se trata de um “estudo desenvolvido para confirmar a realidade das colônias espirituais mencionadas por André Luiz”.

Essa formulação já revela uma dificuldade metodológica. Em uma investigação rigorosa, o ponto de partida deveria ser uma pergunta: **as fontes disponíveis confirmam, contradizem ou deixam em aberto a hipótese das colônias espirituais?**

No livro, entretanto, a conclusão aparece previamente definida. A pesquisa passa então a reunir elementos que possam ser interpretados como confirmações.

Isso favorece aquilo que, em metodologia científica, é chamado de viés de confirmação: buscar, selecionar e organizar as evidências principalmente em função de uma hipótese previamente aceita.

O problema torna-se particularmente evidente porque diferentes fenômenos são tratados como se fossem equivalentes:

- agrupamentos de Espíritos;
- criações fluídicas;
- habitações;
- mundos transitórios;
- esferas;
- regiões espirituais;
- cidades;
- colônias.

Esses conceitos não significam necessariamente a mesma coisa.

Demonstrar um deles não demonstra automaticamente os demais.

O salto entre criações fluídicas e cidades espirituais

Kardec ensina que os Espíritos podem agir sobre os fluidos por meio do pensamento e da vontade, modificando sua forma e propriedades. Esse princípio aparece especialmente em *O Livro dos Médiuns* e em *A Gênese*.

Portanto, a existência de objetos ou formas fluídicas no mundo espiritual é perfeitamente compatível com a teoria kardequiana.

Mas daí não decorre automaticamente a existência de cidades espirituais organizadas como as descritas por André Luiz.

Há uma diferença lógica importante entre estas proposições:

1. Espíritos podem produzir formas ou objetos fluídicos.

e

2. Existem cidades permanentes, estruturadas institucionalmente, onde os Espíritos vivem de maneira semelhante aos homens encarnados.

A primeira não implica necessariamente a segunda.

Seria preciso demonstrar separadamente que essas construções formam sistemas urbanos estáveis, que desempenham funções semelhantes às cidades terrestres e que os Espíritos efetivamente dependem dessas estruturas.

Paulo Neto frequentemente trata a possibilidade das criações fluídicas como se ela constituísse, por si só, uma demonstração das colônias.

Isso é um salto lógico.

O problema dos mundos transitórios

Um dos principais argumentos utilizados por Paulo Neto está nas questões 234 a 236 de *O Livro dos Espíritos*, referentes aos chamados mundos transitórios.

O autor afirma:

> *“Entendemos que as colônias estão em completa semelhança com as características dos mundos transitórios.”*

Entretanto, o próprio texto de Kardec apresenta características bastante diferentes daquelas normalmente atribuídas às colônias de André Luiz.

Os Espíritos explicam que esses mundos podem servir temporariamente de habitação aos Espíritos errantes. Mas, quando Kardec pergunta se são habitados também por seres corpóreos, recebe esta resposta:

> *“Não; estéril é neles a superfície. Os que os habitam de nada precisam.”*

Paulo Neto reconhece essas informações, mas imediatamente acrescenta:

> *“Entendemos que, sendo habitações temporárias, haverá neles construções…”*

Esse “haverá”, porém, não está em Kardec.

É uma inferência do autor.

A palavra “habitação”, no contexto, significa simplesmente permanência temporária. Não exige necessariamente casas, edifícios ou estruturas urbanas.

Há ainda outro detalhe importante. Kardec pergunta se a Terra já pertenceu à categoria dos mundos transitórios. A resposta é afirmativa: isso teria ocorrido durante sua formação.

Esse elemento mostra que estamos diante de uma condição planetária transitória, e não da descrição de cidades espirituais construídas próximas à Terra.

Assim, os mundos transitórios podem ser relacionados ao estado de erraticidade dos Espíritos, mas não constituem uma demonstração de colônias semelhantes a *Nosso Lar*.

“Os que os habitam de nada precisam”

Essa frase merece atenção especial.

Segundo Kardec, os Espíritos que habitam esses mundos “de nada precisam”.

Isso não significa que o Espírito não possa trabalhar, aprender ou utilizar criações fluídicas.

Mas dificulta uma interpretação baseada em necessidades semelhantes às necessidades orgânicas humanas.

Nas obras de André Luiz aparecem, por exemplo:

- hospitais;
- alimentação;
- dormitórios;
- transportes;
- estruturas administrativas;
- sistemas de abastecimento;
- instituições diversas.

Para demonstrar que tudo isso corresponde objetivamente à vida espiritual, não basta provar que os fluidos podem assumir formas.

Seria necessário demonstrar por que Espíritos necessitariam dessas estruturas e qual seria sua função objetiva.

Kardec não fornece essa demonstração.

A analogia da “grande cidade”

Outro exemplo revelador aparece na questão 278 de *O Livro dos Espíritos*.

Os Espíritos explicam que aqueles de uma mesma categoria se aproximam por afinidade e formam grupos ou famílias. Kardec compara essa situação a uma grande cidade, onde pessoas de diferentes classes se encontram sem necessariamente se misturar.

Paulo Neto então conclui:

> *“não é todo improvável; aliás, para nós, é até lógico, constituírem locais ou mesmo cidades para isso.”*

O problema é que Kardec utiliza a cidade como analogia.

Ele não afirma que os Espíritos vivem literalmente em cidades.

Há uma diferença entre dizer:

> *os Espíritos agrupam-se de maneira comparável às sociedades existentes numa cidade;*

e dizer:

> *os Espíritos constroem cidades.*

Transformar o termo de uma comparação em afirmação ontológica é uma reificação da metáfora.

As “moradas aéreas” da Condessa Paula

Paulo Neto também cita uma comunicação da Condessa Paula publicada em *O Céu e o Inferno*. Ela menciona “moradas aéreas” e assembleias de Espíritos.

Depois dessa citação, Paulo afirma:

> *“podemos afirmar, com segurança, que na Codificação tem, sim, aquilo que alguns confrades querem combater como se não fosse doutrinário.”*

Aqui surge outro problema metodológico importante.

Uma comunicação publicada por Kardec não se torna automaticamente um princípio doutrinário.

As obras de Kardec contêm inúmeras comunicações particulares utilizadas para estudo moral, psicológico ou experimental.

Se cada detalhe de todas essas comunicações fosse automaticamente doutrinário, seria necessário transformar em doutrina todo o conteúdo de cada mensagem publicada.

Esse nunca foi o método de Kardec.

Portanto:

publicado por Kardec não significa automaticamente estabelecido por Kardec como verdade doutrinária.

Esse princípio é fundamental para analisar corretamente a *Revista Espírita* e também as comunicações presentes em *O Céu e o Inferno*.

O caso da comunicação atribuída a Voltaire

Algo semelhante ocorre com uma comunicação atribuída a Voltaire, publicada na *Revista Espírita* de 1859.

Nela aparecem referências a "habitações dos Espíritos" e "construções maravilhosas das moradas espíritas".

Paulo Neto interpreta isso como demonstração de que Kardec estava "de pleno acordo" com a existência dessas construções.

Mas o próprio comentário de Kardec chama a atenção para outro aspecto: a "influência das ideias terrestres sobre as ideias de além-túmulo".

Esse detalhe deveria produzir cautela.

O Espírito pode interpretar ou expressar sua experiência utilizando categorias mentais formadas durante a vida terrestre.

Isso não significa necessariamente que tudo aquilo que descreve corresponda literalmente à estrutura objetiva do mundo espiritual.

Kardec alerta contra a materialização do mundo espiritual

Na questão 1012 de *O Livro dos Espíritos*, os Espíritos explicam que não existem lugares circunscritos especialmente destinados às penas e recompensas.

Kardec comenta:

> *“A localização absoluta das regiões das penas e das recompensas só na imaginação do homem existe. Provém da sua tendência a materializar e circunscrever as coisas…”*

Isso não significa que nenhum ambiente espiritual possa existir.

Também não significa que os Espíritos não possam reunir-se ou produzir formas fluídicas.

Mas estabelece uma advertência metodológica fundamental: existe uma tendência humana de transformar realidades espirituais em geografias materiais.

Qualquer teoria sobre regiões espirituais, portanto, deveria ser examinada com especial cuidado.

“Cidade das flores” e “cidade dos eleitos”

Essa cautela torna-se ainda mais importante quando Kardec trata diretamente de expressões utilizadas para descrever o mundo espiritual.

Em *O Livro dos Espíritos*, ele explica que termos como “cidade das flores”, “cidade dos eleitos” e determinadas “esferas” podem ser simplesmente formas figuradas de expressão.

Isso cria uma questão fundamental que Paulo Neto não resolve:

como distinguir uma cidade objetiva de uma representação simbólica, uma criação fluídica temporária ou uma imagem formada segundo as concepções do próprio Espírito?

A simples repetição da palavra “cidade” em diferentes comunicações não responde a essa pergunta.

Antes de utilizar essas narrativas como prova, seria necessário estabelecer critérios capazes de distinguir essas diferentes possibilidades.

Agrupamento moral não implica território

Kardec ensina que Espíritos se aproximam por simpatia, afinidade e objetivos comuns.

Mas uma associação não exige necessariamente um território.

Esse ponto se torna ainda mais relevante quando consideramos outra característica do mundo espiritual apresentada por Kardec: os Espíritos não estão presos ao solo e podem transpor distâncias com grande rapidez.

Paulo Neto reproduz em sua própria obra a passagem de *O Céu e o Inferno* segundo a qual, em razão da natureza fluídica do perispírito, os Espíritos atravessam distâncias com a rapidez do pensamento.

Se o Espírito não depende da locomoção material e não está territorialmente preso a um lugar, a reprodução de uma organização urbana terrestre precisa ser demonstrada, e não simplesmente presumida.

O uso problemático do Controle Universal

Na conclusão, Paulo Neto apresenta uma longa lista de pesquisadores, médiuns, autores e psicografias provenientes de diferentes regiões do mundo.

Com base nisso, afirma:

> *"a nosso ver, cumpre-se muito bem o CUEE".*

Esse é provavelmente um dos maiores problemas metodológicos da obra.

O Controle Universal do Ensino dos Espíritos não significa simplesmente reunir muitas pessoas que disseram coisas parecidas.

Para haver verdadeira concordância independente, seria necessário analisar fatores como:

- independência efetiva das fontes;
- influência cultural entre os autores;

- conhecimento prévio de outras obras;
- identidade precisa entre as proposições comparadas;
- qualidade das comunicações;
- existência de relatos divergentes;
- compatibilidade com a razão e com os princípios previamente constatados.

A distância geográfica não basta para demonstrar independência.

Dois médiuns podem estar em países diferentes e conhecer as mesmas obras.

Dois autores podem pertencer a uma mesma tradição espiritualista.

Médiuns brasileiros posteriores à publicação de *Nosso Lar* atuaram em um ambiente cultural profundamente influenciado pelas obras de Chico Xavier.

Assim, a concordância pode resultar de transmissão cultural, e não necessariamente de confirmação independente.

A mistura de categorias de evidência

Paulo Neto coloca no mesmo conjunto:

- pesquisadores;
- médiuns;
- psicografias;
- experiências de desdobramento;
- experiências de quase-morte;
- autores espíritas;
- espiritualistas;
- comunicações mediúnicas.

Essas fontes possuem naturezas epistemológicas diferentes.

Um relato de experiência de quase-morte não é equivalente a uma comunicação mediúnica.

Uma opinião filosófica de Léon Denis não é equivalente a uma observação

experimental.

Uma psicografia posterior não é automaticamente independente de uma obra mediúnica anterior.

Ao tratar todas essas fontes simplesmente como confirmações acumuladas, Paulo Neto produz uma aparência de convergência maior do que aquela que efetivamente foi demonstrada.

O exemplo de Heigorina Cunha

Paulo Neto cita Heigorina Cunha, que relata uma experiência fora do corpo na qual teria visitado uma cidade espiritual identificada posteriormente como *Nosso Lar*.

Esse relato pode ser interessante como testemunho.

Mas, para funcionar como confirmação independente, seria necessário investigar:

- se ela já conhecia *Nosso Lar*;
- quais elementos foram registrados antes da identificação;
- quem realizou a identificação;
- quais coincidências existiam;
- quais divergências existiam;
- se houve comparação posterior influenciada pelo conhecimento da obra.

Sem esse controle, temos um relato subjetivo significativo para quem o viveu, mas não uma demonstração científica independente.

As experiências de quase-morte

Paulo também cita relatos de experiências de quase-morte em que aparecem “cidades de luz”, edifícios ou ambientes semelhantes.

Esses relatos merecem investigação.

Mas novamente é necessário distinguir:

> *alguém relatou perceber uma cidade durante uma EQM*

de

> *essa experiência confirma a existência das colônias descritas por André Luiz.*

Uma “cidade de luz” não demonstra hospitais espirituais, ministérios, sistemas de transporte ou organizações administrativas.

A semelhança parcial não constitui identidade.

O caráter progressivo do Espiritismo

Paulo Neto cita corretamente diversos textos em que Kardec afirma que o Espiritismo não está terminado e deve acompanhar o progresso do conhecimento.

Esse princípio é fundamental.

Mas há uma diferença entre dizer:

> *novas verdades poderão ser incorporadas ao Espiritismo;*

e dizer:

> *uma ideia posterior deve ser aceita porque o Espiritismo é progressivo.*

O próprio Kardec estabelece que proposições ainda não demonstradas devem permanecer no campo das hipóteses até sua confirmação.

Paulo Neto chega a reproduzir esse princípio:

> *aquilo que ainda não foi constatado deve ser admitido apenas “a título de hipóteses até a confirmação”.*

Esse critério poderia ser aplicado diretamente às colônias espirituais.

A posição metodologicamente coerente seria:

as colônias constituem uma hipótese que pode ser investigada.

Entretanto, Paulo termina afirmando estar "totalmente convencido" de sua realidade.

Existe, portanto, uma tensão entre o método de Kardec que o próprio autor cita e a forma como conduz sua conclusão.

Léon Denis e Bozzano não encerram a questão

Na conclusão, Paulo Neto chega a afirmar que, para ele, bastariam as opiniões de Léon Denis e Ernesto Bozzano para aceitar as colônias, representando respectivamente uma base filosófica e científica.

Esse argumento é incompatível com o princípio espírita de autoridade doutrinária.

Nem Léon Denis, nem Bozzano, nem Chico Xavier, nem qualquer médium ou pesquisador isolado possui autoridade suficiente para estabelecer uma verdade espírita.

O valor de suas contribuições depende da demonstração dos fatos e da consistência metodológica da investigação.

Substituir autoridade religiosa pela autoridade de nomes respeitados continua sendo um argumento de autoridade.

O problema da definição de "colônia espiritual"

Há ainda uma dificuldade conceitual fundamental.

O livro utiliza como evidência de colônias fenômenos muito diferentes:

- grupos espirituais;
- moradas;

- mundos;
- esferas;
- cidades;
- ambientes;
- construções;
- paisagens;
- comunidades.

Mas o que exatamente é uma “colônia espiritual”?

Uma cidade?

Um agrupamento de Espíritos?

Uma região fluídica?

Uma formação mental coletiva?

Um planeta transitório?

Uma instituição?

Sem uma definição precisa, praticamente qualquer descrição do mundo espiritual pode ser apresentada como confirmação.

Isso torna a hipótese excessivamente flexível.

E uma hipótese que pode explicar qualquer coisa corre o risco de não poder ser efetivamente testada.

O que Kardec realmente permite concluir

Uma análise cuidadosa das obras de Kardec permite sustentar vários pontos:

Kardec admite que o mundo espiritual possui realidade objetiva.

Admite que os Espíritos mantêm intensa atividade.

Admite que eles se agrupam por afinidade.

Admite que o pensamento atua sobre os fluidos.

Admite que podem existir objetos e formas fluídicas.

Admite que Espíritos podem perceber ambientes que possuem aparência material para eles.

Nada disso deve ser negado.

Mas também encontramos advertências igualmente importantes:

- o Espírito conserva ideias e concepções terrestres;
- a linguagem espiritual pode ser figurada;
- expressões como cidades e esferas podem ser alegóricas;
- existe tendência humana de materializar o mundo espiritual;
- comunicações individuais não constituem automaticamente doutrina;
- concordância só possui valor quando acompanhada de independência, razão, lógica e controle;
- aquilo que ainda não foi demonstrado deve permanecer como hipótese.

Portanto, não é metodologicamente correto afirmar que as obras de Kardec confirmam as colônias de André Luiz.

Conclusão

A principal fragilidade de *As colônias espirituais e a Codificação* não está em defender uma hipótese possível.

Está em apresentar como confirmação aquilo que as fontes permitem, no máximo, considerar como possibilidade.

Paulo Neto identifica corretamente elementos da teoria espírita que tornam concebível a existência de formas, ambientes e organizações no mundo espiritual. Mas frequentemente transforma possibilidade em evidência, analogia em descrição literal, concordância aparente em Controle Universal e testemunhos heterogêneos em demonstração acumulada.

A conclusão mais rigorosa não é:

“Kardec demonstrou que as colônias espirituais não existem.”

Essa afirmação iria além das evidências.

A conclusão metodologicamente sustentável é outra:

as obras de Allan Kardec não fornecem base suficiente para elevar as colônias espirituais descritas por André Luiz à condição de conhecimento estabelecido da Ciência Espírita.

Elas podem ser apresentadas como hipótese.

Podem ser investigadas.

Podem ser debatidas.

Mas, segundo os próprios critérios formulados por Kardec, uma hipótese não se transforma em verdade doutrinária porque muitos autores a repetiram, porque um médium respeitado a transmitiu ou porque encontramos passagens que parecem compatíveis com ela.

No método espírita, a autoridade está na demonstração.

E é justamente essa demonstração que ainda falta.

Da Causalidade Moral à Lógica da Dívida: O Estrago das Adulterações em O Céu e o Inferno

Resumo

A compreensão da relação entre sofrimento, responsabilidade moral e evolução espiritual constitui um dos pontos centrais da filosofia espírita. Este artigo analisa a diferença entre uma interpretação baseada no princípio de causalidade,

entendida como consequência natural das escolhas e do estado de consciência do espírito, e uma interpretação fundamentada na ideia de dívida, expiação e reparação obrigatória. A partir da comparação entre conceitos presentes em *O Céu e o Inferno* (1865) e interpretações posteriores associadas à quarta edição da obra, discute-se como a aproximação entre causa e efeito moral e a noção popular de karma contribuiu para modificar a percepção sobre autonomia espiritual e determinismo.

Palavras-chave: Allan Kardec; O Céu e o Inferno; causalidade; autonomia ; expiação; karma.

Introdução

A relação entre justiça divina, sofrimento e evolução espiritual sempre ocupou lugar central nas tradições religiosas e filosóficas. No século XIX, Allan Kardec estruturou a filosofia espírita propondo uma abordagem que procurava conciliar responsabilidade moral, progresso espiritual e autonomia do indivíduo.

Entretanto, interpretações posteriores do pensamento espírita passaram a enfatizar conceitos como dívida espiritual, resgate e expiação, aproximando-se, em muitos aspectos, de uma concepção popular de karma baseada na ideia de compensação obrigatória por atos passados.

A diferença entre essas perspectivas não é apenas terminológica. Ela envolve duas formas distintas de compreender o desenvolvimento espiritual: uma baseada na transformação consciente do indivíduo e outra fundamentada em uma lógica de retribuição.

---

1. A causalidade como princípio filosófico

Na perspectiva apresentada por Kardec em *O Céu e o Inferno* (1865), o sofrimento espiritual é explicado a partir de uma relação de causalidade. O espírito experimentaria as consequências naturais de seu próprio estado moral, de seus pensamentos e de suas escolhas.

Nesse modelo, a consequência não possui necessariamente caráter punitivo. Ela funciona como elemento educativo, permitindo ao indivíduo compreender os efeitos de determinadas atitudes e desenvolver gradualmente uma consciência mais elevada.

A diferença fundamental está no papel da autonomia. O espírito não seria um condenado submetido a uma pena externa, mas um agente capaz de modificar as causas que produzem determinados efeitos.

Essa concepção está alinhada com a ideia de progresso moral contínuo: a transformação interior altera a relação do indivíduo com suas próprias consequências.

---

2. A mudança de perspectiva: dívida e expiação

Críticos das alterações posteriores em *O Céu e o Inferno* apontam que determinadas inclusões conceituais teriam deslocado a interpretação da causalidade para uma lógica de débito espiritual: erros cometidos anteriormente gerariam uma necessidade de reparação futura, estabelecendo uma relação mais próxima com a ideia de pagamento de uma dívida.

A consequência dessa mudança é uma alteração na compreensão do sofrimento: ele deixa de ser visto prioritariamente como resultado natural de um estado de

consciência e passa a ser interpretado como uma exigência de compensação.

A diferença pode ser resumida da seguinte forma:

Causalidade moral	Lógica da dívida
A consequência surge naturalmente das escolhas	O sofrimento funciona como reparação obrigatória
O indivíduo pode transformar a causa presente	O passado determina uma necessidade futura
Ênfase na autonomia	Ênfase no resgate
Sofrimento como aprendizado	Sofrimento como pagamento

---

3. A aproximação com o conceito popular de karma

O termo karma possui diferentes significados dentro das tradições indianas, especialmente no hinduísmo, budismo e jainismo. Sua complexidade histórica não se reduz à ideia popular ocidental de “pagar pelo que fez”.

Entretanto, no uso comum contemporâneo, karma frequentemente é compreendido como uma **lei automática de recompensa e punição: uma ação negativa produziria necessariamente um sofrimento equivalente no futuro.**

Quando essa interpretação é aplicada ao pensamento espírita, ocorre uma aproximação entre causalidade moral e uma espécie de mecanismo retributivo.

O problema filosófico dessa associação está em transformar uma relação ética e educativa em uma relação mecânica, como se o universo funcionasse segundo uma contabilidade automática de débitos e créditos.

---

4. A analogia inadequada com a terceira lei de Newton

A expressão “ação e reação” tornou-se amplamente utilizada para explicar consequências morais. Contudo, existe uma diferença fundamental entre uma lei física e um princípio..

A terceira lei de Newton descreve uma interação entre forças físicas. Ela pertence ao domínio da mecânica clássica e não representa uma teoria sobre comportamento humano ou justiça moral.

Ao transportar diretamente esse conceito para a dimensão espiritual, cria-se uma analogia limitada: uma ação humana não produz uma reação moral automática e proporcional da mesma maneira que uma força física produz outra força.

O indivíduo possui vontade, consciência, livre-arbítrio, razão, possibilidade de arrependimento, mudança de comportamento e reconstrução de sua trajetória. Esses elementos não existem em sistemas puramente mecânicos.

---

5. Autonomia versus Determinismo Espiritual

A principal consequência dessa mudança interpretativa está no papel atribuído ao Espírito como indivíduo.

Na perspectiva da autonomia, , Espírito participa ativamente da construção de sua evolução. O passado influencia, mas não determina completamente o futuro, pois novas escolhas produzem novas causas.

Já em uma visão baseada na dívida espiritual obrigatória, existe o risco de interpretar o sofrimento como algo inevitável e previamente necessário, reduzindo o espaço da transformação presente.

Essa diferença possui também implicações morais para o Espírito: uma visão pode estimular responsabilidade e mudança; a outra pode favorecer interpretações fatalistas, nas quais a dor é vista como cumprimento de uma obrigação espiritual.

Conclusão

A distinção entre causalidade e dívida é fundamental para compreender diferentes leituras do pensamento espírita. A primeira enfatiza autonomia, aprendizado e transformação; a segunda aproxima-se de um modelo retributivo baseado em compensação.

O debate não se limita a uma questão textual, mas envolve uma mudança filosófica profunda: compreender o espírito como agente ativo de sua evolução ou como sujeito submetido a uma mecânica inevitável de consequências.

A análise histórica e conceitual dessas diferenças permite compreender como alterações terminológicas e interpretações posteriores podem modificar significativamente o eixo de uma doutrina, deslocando-o da autonomia para o determinismo.

O problema não é o método

Empirismo, ciência moral e o obstáculo ontológico ao reconhecimento do Espiritismo

Resumo

Costuma-se negar caráter científico ao Espiritismo sob a alegação de que lhe faltariam método, controle e possibilidade de verificação empírica. Essa objeção

confunde método científico com um protocolo experimental único, construído para objetos físicos manipuláveis em laboratório. A Filosofia da Ciência contemporânea não sustenta tal redução: investigação científica envolve observação sistemática, formulação de hipóteses, inferência, comparação, crítica e teste, mas a maneira concreta de executar essas operações varia conforme a natureza do objeto. Allan Kardec aplicou precisamente esse princípio. Partiu de fatos, comparou comunicações independentes, procurou regularidades, rejeitou respostas isoladas como fundamento doutrinário e deduziu consequências filosóficas e morais. Além disso, o núcleo do programa espírita não é a produção de efeitos extraordinários, mas o estudo do espírito e das leis que regem sua condição moral. Nesse domínio, o empirismo continua aplicável: observa-se reiteradamente a relação entre a violação voluntária do bem, o estado da consciência e o sofrimento moral, bem como entre a conformidade ao bem e a serenidade. Uma vez reconhecida a adequação metodológica desse programa, a divergência remanescente é ontológica: o Espiritismo admite o espírito como ser real, sobrevivente e causalmente ativo, enquanto a ciência institucional tende a aceitar apenas explicações compatíveis com uma ontologia fisicalista. O conflito decisivo, portanto, não está entre método e ausência de método, mas entre concepções rivais sobre o que existe e pode atuar na realidade.

Palavras-chave: Espiritismo; Allan Kardec; Filosofia da Ciência; empirismo; ciência moral; ontologia; naturalismo.

Introdução

Quando se afirma que o Espiritismo não pode ser ciência porque trata de espíritos, comunicações mediúnicas e consequências morais, normalmente já se introduziu a conclusão na premissa. Define-se previamente como real apenas aquilo que pode ser explicado em termos físico-químicos; em seguida, tudo o que pressupõe uma realidade espiritual é classificado como não científico. A exclusão parece metodológica, mas sua base é ontológica: decidiu-se de antemão quais espécies de entidades podem existir.

Essa operação precisa ser exposta. Uma doutrina pode formular afirmações falsas mesmo empregando método; possuir método não garante a verdade de todas as conclusões. Contudo, também é incorreto negar a existência de método apenas

porque os resultados obtidos contrariam a ontologia dominante. A avaliação epistemológica deve perguntar primeiro: há um objeto delimitado? Há fatos ou efeitos observáveis? Há procedimentos de coleta e comparação? Há critérios para distinguir dados confiáveis de dados duvidosos? Há inferências criticáveis? Há possibilidade de revisão? No caso de Kardec, a resposta é afirmativa.

O argumento deste artigo é composto por quatro teses. Primeiro, a ciência não possui um único protocolo aplicável indistintamente a todos os objetos. Segundo, o empirismo não se limita à manipulação laboratorial: ele inclui observação sistemática de fenômenos que não estão sob comando do pesquisador. Terceiro, Kardec construiu um programa empírico e racional adequado ao estudo dos fenômenos espíritas e, sobretudo, de suas consequências morais. Quarto, depois de reconhecida essa estrutura metodológica, o principal obstáculo ao reconhecimento científico do Espiritismo é a recusa ontológica do espírito como realidade autônoma.

1. Não existe um método científico único e invariável

A imagem escolar do "método científico" costuma apresentar uma sequência fixa: observar, formular hipótese, experimentar, medir, repetir e concluir. Essa imagem descreve parte importante das ciências experimentais, mas não esgota a prática científica. A Filosofia da Ciência reconhece como atividades científicas a observação sistemática, a experimentação, o raciocínio indutivo e dedutivo, a formação de hipóteses e a confrontação entre teoria e evidência. Não exige, porém, que todas as áreas combinem essas atividades da mesma maneira (Stanford Encyclopedia of Philosophy, "Scientific Method").

A astronomia não produz estrelas para testar sua evolução. A geologia histórica não repete a formação de uma cordilheira. A paleontologia não reproduz a extinção de uma espécie. Essas disciplinas trabalham com vestígios, séries de observações, comparação de casos, modelos explicativos e previsões indiretas. Continuam empíricas porque suas proposições são constrangidas pela experiência, embora seus objetos não sejam inteiramente manipuláveis.

O mesmo princípio vale para objetos dotados de espontaneidade. Um sujeito

consciente não é uma partícula passiva. Sua ação depende de intenção, contexto e vontade. Exigir de uma inteligência comunicante o mesmo comportamento invariável de um corpo submetido a uma força é um erro categorial: aplica-se ao agente o protocolo próprio da coisa inerte. A ausência de produção sob comando não elimina a investigação; exige controles compatíveis com a autonomia do objeto.

Isso não autoriza relaxamento crítico. Ao contrário: quanto menor o controle direto, maior deve ser o cuidado com comparação, independência das fontes, hipóteses alternativas, documentação e convergência. A adaptação do método não significa ausência de rigor; significa rigor adequado.

2. Empirismo não é sinônimo de materialismo

Empirismo é uma posição epistemológica: atribui papel decisivo à experiência na formação e na avaliação do conhecimento. Materialismo ou fisicalismo são posições ontológicas: afirmam, em versões diferentes, que a realidade é inteiramente física ou dependente do físico. Uma coisa não implica logicamente a outra.

É possível investigar empiricamente uma hipótese espiritualista sempre que ela produzir efeitos acessíveis à experiência. Se uma comunicação contém informação verificável, se diferentes observadores registram padrões semelhantes, se estados morais apresentam relações constantes com certas escolhas, há material empírico. Pode-se discutir a interpretação dos dados, mas não declarar que deixaram de ser dados porque uma das explicações possíveis admite o espírito.

A distinção é essencial. O naturalismo metodológico pode ser entendido modestamente como a exigência de causas investigáveis, relações estáveis e explicações submetidas à crítica. Nessa versão, ele não precisa proibir o espírito: se o espírito produz efeitos regulares, torna-se objeto de investigação. O problema surge quando “natural” é definido previamente como “exclusivamente físico”. O naturalismo metodológico converte-se então, de modo silencioso, em naturalismo ontológico. A conclusão deixa de resultar da pesquisa e passa a governá-la: como

o espírito não pertence ao inventário admitido, nenhuma evidência poderá contar em seu favor.

Portanto, a fronteira decisiva não separa o observável do inobservável. A ciência trabalha continuamente com entidades inferidas por seus efeitos. A fronteira separa entidades que o paradigma aceita considerar de entidades que ele recusa antes da comparação explicativa. Não se deve equiparar de maneira simplista espíritos e elétrons, pois os programas de evidência são diferentes. O ponto filosófico mais restrito é suficiente: a inobservabilidade direta, por si só, não torna uma hipótese não científica.

3. O programa metodológico de Kardec

Kardec não iniciou pela afirmação dogmática de uma metafísica. Seu ponto de partida declarado foram fenômenos que exigiam explicação. A hipótese de uma causa inteligente surgiu porque alguns efeitos apresentavam conteúdo igualmente inteligente. A partir daí, o trabalho não se limitou a colecionar mensagens. Ele envolveu interrogação, confronto, classificação, exame de contradições e busca de regularidades.

Essa orientação aparece de forma sintética em três procedimentos.

3.1 Observação dos efeitos e inferência da causa

O raciocínio parte de efeitos observáveis. Movimento, escrita, respostas e informações são examinados como ocorrências. A existência do espírito não é apresentada como uma percepção sensorial direta, mas como hipótese causal para certos efeitos. Trata-se de inferência: do caráter do efeito procura-se determinar a natureza provável de sua causa.

3.2 Comparação, independência e concordância

Uma comunicação isolada não constitui doutrina. Kardec compara respostas obtidas por médiuns diferentes, em lugares distintos e sem coordenação entre si. A concordância não vale como simples contagem de opiniões; seu valor depende da independência das fontes, da consistência interna, da generalidade e da resistência à crítica. Esse procedimento procura reduzir a influência do médium, do grupo, da expectativa local e da autoridade de um único comunicante.

O chamado controle universal do ensino dos Espíritos deve ser compreendido como um mecanismo de validação intersubjetiva, não como um oráculo infalível. Ele desloca a autoridade da personalidade para a convergência criticamente examinada. Sua força está na descentralização das fontes; seu aperfeiçoamento contemporâneo exigiria protocolos explícitos de cegamento, registro prévio e análise independente, mas esses aperfeiçoamentos continuam o programa de Kardec em vez de substituí-lo.

3.3 Revisabilidade e subordinação aos fatos

O Espiritismo, desenvolvido pela metodolgia kardeciana, não pode preservar uma proposição contra fatos demonstrados apenas porque ela foi atribuída a um espírito. A identidade alegada do comunicante não elimina o exame. A mensagem deve ser julgada pelo conteúdo, pela lógica, pela concordância e pelos dados disponíveis. Essa regra é decisiva: impede que a fonte espiritual se transforme em autoridade dogmática e mantém aberta a revisão das formulações.

Temos, portanto, um programa reconhecível: fatos, hipótese, comparação, controle de fontes, inferência, crítica e revisão. Pode-se questionar a execução de um estudo particular ou a suficiência de determinada evidência. Isso é parte normal da ciência. O que não se pode afirmar corretamente é que inexiste metodologia.

4. O cerne moral da ciência espírita

Reduzir o Espiritismo aos efeitos físicos é perder de vista seu objeto principal. Kardec distingue os fatos materiais de suas consequências morais e afirma que o melhoramento individual constitui o objetivo essencial do Espiritismo. Em *O que é o Espiritismo?*, define-o como ciência de observação com consequências morais. Os fenômenos demonstram a existência e a ação dos espíritos; o estudo comparado de sua condição permite investigar as leis que relacionam liberdade, consciência, bem, mal, felicidade e sofrimento.

Essa mudança de foco resolve parte importante da objeção sobre empirismo. O cerne da pesquisa não é obrigar uma manifestação extraordinária a ocorrer em horário marcado. É observar, em grande número de casos, como os seres conscientes experimentam as consequências de suas escolhas. Kardec declara ter interrogado milhares de espíritos de diferentes classes e posições, acompanhando suas ideias, sensações e mudanças. A amostra não é apresentada como um conjunto de revelações aceitas pela fé, mas como material comparativo.

O procedimento pode ser reconstruído da seguinte forma:

1. recolhem-se relatos sobre estado moral, escolhas, lembranças e consequências;
2. comparam-se casos provenientes de fontes diversas;
3. identificam-se regularidades entre disposições, atos e experiências morais;
4. confrontam-se as explicações com a razão, com fatos conhecidos e com novos casos;
5. formulam-se leis gerais, mantidas abertas a correção quanto à expressão e ao alcance.

Essa é uma forma de empirismo. Não mede o espírito com uma balança, assim como a psicologia não pesa uma intenção e a história não coloca um acontecimento passado em um tubo de ensaio. Observa manifestações, conteúdos, efeitos, padrões e relações. O acesso é indireto, mas permanece submetido à

experiência.

5. A lei moral: do mal voluntário ao sofrimento moral

Uma das regularidades centrais do Espiritismo pode ser expressa assim: o indivíduo que, conhecendo o bem, o contraria voluntariamente para praticar o mal torna-se causa do próprio sofrimento moral. *O Livro dos Espíritos* afirma que a lei natural indica o que o ser humano deve fazer e que ele se torna infeliz quando dela se afasta (questão 614). Ao tratar da responsabilidade, esclarece que o mal depende sobretudo da vontade de praticá-lo e que o grau de responsabilidade varia conforme a condição do agente (questão 636). Mais adiante, atribui as consequências da violação das leis aos próprios atos do indivíduo (questão 964).

Essa proposição precisa ser formulada com exatidão. Ela não significa que todo infrator experimentará remorso consciente no instante seguinte ao ato. A sensibilidade moral varia. O próprio conjunto kardeciano relaciona o remorso ao desenvolvimento do senso moral. Um agente pode racionalizar, ocultar, anestesiar ou ainda não compreender integralmente o dano que causou. A consequência também pode não aparecer como perda material ou punição externa. A lei diz respeito ao estado do ser consciente e à incompatibilidade entre sua destinação moral e o uso deliberado da liberdade contra o bem.

A formulação causal mais rigorosa é esta:

Sempre que um agente livre viola voluntariamente o bem, introduz em si uma desordem moral cuja consequência necessária é sofrimento, tão logo sua consciência alcance lucidez suficiente sobre o ato e seus efeitos.

Há elementos variáveis: intensidade, duração, momento da tomada de consciência e forma assumida pelo sofrimento. O nexo fundamental, porém, é apresentado como invariável. A lei não funciona como sanção arbitrária aplicada de fora. O efeito decorre da própria condição da consciência diante do que fez. Remorso, vergonha, pesar, insatisfação consigo, necessidade de reparação e impossibilidade de serenidade plena são expressões possíveis dessa causalidade.

Essa distinção evita dois erros. O primeiro seria procurar a lei apenas em recompensas e punições materiais: pessoas injustas podem prosperar externamente, e pessoas justas podem enfrentar dificuldades. O segundo seria tomar a ausência momentânea de remorso como refutação. A hipótese espírita não prevê uniformidade psicológica imediata; prevê que, com o desenvolvimento e a lucidez da consciência, a contradição moral se torna sofrimento.

6. Em que sentido essa lei é empiricamente verificável

A verificação ocorre em níveis convergentes.

6.1 Experiência interna

O sujeito pode observar em si a diferença entre a paz produzida pela consciência do dever cumprido e o incômodo provocado por uma ação reconhecida como indigna. Essa observação não é irrelevante por ser interna. Estados de consciência são dados, ainda que seu acesso seja em primeira pessoa. O cuidado necessário é não transformar uma experiência individual em lei universal sem comparação.

6.2 Observação intersubjetiva

Confissões, mudanças de conduta, busca de reparação, vergonha, remorso e padrões persistentes de conflito interior podem ser observados e comparados entre indivíduos. Não se trata de ler diretamente a consciência alheia, mas de trabalhar com manifestações públicas e relatos sujeitos à crítica, como fazem diversas ciências humanas.

6.3 Comunicações de espíritos

O diferencial do programa de Kardec é estender a observação para além da vida corporal. Comunicações atribuídas a espíritos em condições morais diversas são reunidas e confrontadas. A hipótese de sobrevivência permite acompanhar a tomada de consciência sem restringi-la ao intervalo biológico. O valor probatório

desse material depende, evidentemente, da autenticidade das comunicações, da independência das fontes e do controle das explicações alternativas. Mas esses são problemas de qualidade da investigação, não demonstrações de que o método empírico seja inaplicável.

6.4 Experimentação moral

Há ainda uma dimensão prática. A moral espírita produz expectativas: o domínio do egoísmo, a reparação do dano e o cumprimento do dever devem conduzir a maior coerência interior; a persistência deliberada no mal deve aprofundar o conflito moral, ainda que seja temporariamente encoberto. A vida fornece um campo contínuo de observação das consequências dessas escolhas. Essa experimentação não autoriza julgar superficialmente o sofrimento alheio, nem reduzir situações complexas a uma única causa moral. Ela opera principalmente sobre o próprio agente, em séries longas de experiência e comparação.

Os quatro níveis não são provas isoladas que, sozinhas, encerram a questão. Sua força está na convergência. O método kardeciano liga experiência interna, comportamento observável, testemunhos comparáveis e comunicações independentes em uma explicação geral da causalidade moral.

7. Certeza moral, indução e necessidade da lei

A Filosofia da Ciência distingue a generalização empírica da necessidade lógica. Um número finito de casos, por maior que seja, não prova por indução uma proposição universal com certeza matemática. O problema da indução impede concluir formalmente, apenas a partir de ocorrências passadas, que não haverá exceção futura.

Isso não destrói a tese espírita; apenas esclarece de onde vem cada grau de justificação. A experiência reiterada estabelece a regularidade e testa suas consequências. A necessidade da lei, por sua vez, pertence à arquitetura filosófica do Espiritismo: o espírito é perfectível; a liberdade implica responsabilidade; a consciência progride; o bem corresponde à finalidade do ser; a violação voluntária

dessa ordem gera contradição interna; a contradição consciente produz sofrimento até a reparação e o realinhamento.

Assim, não se deve dizer que a indução, sozinha, oferece “zero chance de erro”. Deve-se dizer algo mais forte e mais preciso: dentro da ciência espírita, a relação é necessária por sua conexão com a natureza e a finalidade do espírito, enquanto a pesquisa empírica confirma reiteradamente essa relação nos casos observados. A certeza não é um salto cego; resulta da convergência entre fatos, coerência causal e integração teórica.

Essa estrutura não é estranha à ciência. Teorias não são listas de observações. Elas organizam fatos por meio de conceitos e relações causais, e sua força depende de adequação empírica, coerência, alcance explicativo e resistência a alternativas. O Espiritismo reivindica exatamente esse tipo de unidade entre observação e explicação.

8. Falseabilidade e condições de teste

Uma lei moral formulada de maneira vaga pode tornar-se imune à crítica. Se qualquer resultado possível for reinterpretado como confirmação, não haverá teste real. Por isso, a tese precisa declarar suas condições.

Ela não prevê sofrimento material imediato; prevê consequência moral. Não exige remorso atual em consciências pouco desenvolvidas; prevê que o aumento da lucidez torna insustentável a paz plena diante do mal reconhecido e não reparado. Não afirma que toda dificuldade seja punição por uma falta; afirma que a violação voluntária do bem produz desordem no próprio agente. Não elimina fatores psicológicos, sociais e corporais; delimita uma causalidade moral específica.

Em princípio, o programa seria seriamente atingido se observações independentes e confiáveis mostrassem, de modo persistente, agentes plenamente lúcidos sobre o dano praticado, moralmente desenvolvidos, sem autoengano, sem reparação e ainda assim em perfeita serenidade interior. Também seria abalado se as comunicações que fundamentam a extensão da lei além da vida se mostrassem sistematicamente explicáveis por fraude, sugestão,

vazamento de informação ou produção inconsciente do médium. A existência dessas condições mostra que o programa não precisa ser protegido contra toda contestação.

O que se deve rejeitar é outra coisa: exigir que a ciência moral tenha os mesmos indicadores da física ou considerar inexistente todo dado em primeira pessoa. Isso não aumenta o rigor; apenas impõe uma ontologia e uma linguagem inadequadas ao objeto.

9. O obstáculo ontológico

Se o Espiritismo apresenta objeto, fatos, método comparativo, critérios críticos e proposições empiricamente constrangidas, por que continua excluído do campo científico institucional? A resposta principal está no estatuto ontológico concedido ao espírito.

O Espiritismo afirma que a consciência não é mero produto temporário do cérebro; que o espírito conserva individualidade; que pode comunicar-se; que a causalidade moral ultrapassa a existência corporal; e que liberdade, responsabilidade e progresso pertencem à estrutura real do ser. Essas proposições confrontam versões fortes do fisicalismo.

É importante não caricaturar a ciência. Nem todo cientista é materialista, e o método científico, em sentido abstrato, não prova que apenas a matéria existe. A exclusão ocorre quando as regras institucionais de explicação admitem como candidatas legítimas apenas causas físicas. Nesse caso, mesmo um efeito anômalo será atribuído a erro, fraude ou mecanismo físico ainda desconhecido; a hipótese espiritual não entra na competição. O procedimento parece prudente, mas contém uma decisão ontológica: determina antecipadamente a classe de causas admissíveis.

Uma ciência genuinamente aberta deveria separar duas questões. A primeira é metodológica: a hipótese produz consequências observáveis e pode ser confrontada com dados? A segunda é ontológica: que espécie de realidade explica melhor esses dados? Se a primeira resposta for positiva, a segunda não pode ser encerrada por definição. O espírito pode ser rejeitado depois de comparação rigorosa, mas não antes dela sem petição de princípio.

A disputa, portanto, não é entre ciência e ausência de ciência. É entre programas de investigação rivais. Um programa fisicalista tenta explicar os fenômenos por cérebro, cultura, fraude, erro, dissociação e processos materiais desconhecidos. O programa espírita admite também a ação de agentes extracorpóreos e uma causalidade moral objetiva. A decisão racional exige comparar alcance, precisão, coerência, previsões, problemas não resolvidos e qualidade das evidências. Proibir um dos programas por sua ontologia não equivale a refutá-lo.

10. O que pode e o que não pode ser legitimamente afirmado

Defender o caráter metodológico do Espiritismo não obriga a afirmar que toda narrativa mediúnica seja verdadeira, que todo centro espírita realize ciência ou que qualquer crença espiritual pertença ao corpo doutrinário. O método de Kardec é precisamente um instrumento contra essas confusões.

Também não basta invocar a palavra "empírico". Um estudo pode ser empírico e ainda conter controles ruins, amostra enviesada ou inferências frágeis. Críticas a uma execução específica devem ser respondidas caso a caso. Contudo, falhas particulares não demonstram a inexistência do programa metodológico, assim como um experimento defeituoso de biologia não mostra que a biologia carece de método.

A reivindicação adequada é delimitada e robusta:

1. o Espiritismo possui método de observação, comparação, inferência e revisão;
2. o empirismo é aplicável tanto aos fenômenos mediúnicos quanto às consequências morais;
3. Kardec aplicou esse empirismo por meio do estudo comparado de grande número de casos;
4. a moral não é mero apêndice religioso, mas o núcleo explicativo e prático da ciência espírita;
5. a principal incompatibilidade com a ciência institucional surge quando esta transforma uma regra metodológica em veto ontológico à existência

do espírito.

Essa formulação evita triunfalismo e preserva o ponto decisivo. O Espiritismo não pede dispensa de evidência. Pede que a evidência seja examinada sem que a conclusão ontológica tenha sido escolhida previamente.

Conclusão

Ao Espiritismo não falta metodologia. Falta-lhe reconhecimento por uma estrutura científica que, em grande parte, delimitou seu campo por uma ontologia incompatível com o espírito. Kardec procedeu como investigador: observou efeitos, formulou hipóteses, interrogou, comparou fontes, procurou regularidades, subordinou a autoridade à razão e estabeleceu critérios de concordância e revisão. O fato de os protocolos do século XIX poderem ser aperfeiçoados não apaga a arquitetura do método; mostra apenas que um programa de investigação pode evoluir.

O empirismo não apenas pode ser usado no Espiritismo: ele **foi usado**. E sua aplicação mais profunda não se encontra nos fenômenos espetaculares, mas na investigação das leis morais. A observação reiterada da condição dos espíritos conduz à relação entre liberdade, consciência e consequência: quem viola voluntariamente o bem produz em si a causa do sofrimento moral; quem se harmoniza com o bem estabelece as condições da serenidade. A forma, a intensidade e o momento do efeito variam, mas a causalidade moral permanece.

Por isso, a pergunta correta não é se uma ciência do espírito pode empregar experiência. Pode, desde que adapte seus controles à natureza de agentes livres e reúna observações independentes, comparáveis e criticáveis. A pergunta correta é se a ciência aceita que a experiência possa obrigá-la a ampliar seu inventário do real.

Quando a resposta negativa é dada antes da investigação, já não se está defendendo apenas um método. Está-se protegendo uma ontologia. O conflito entre Espiritismo e ciência institucional aparece então em sua forma exata: não é a oposição entre crença sem método e conhecimento empírico, mas a disputa entre uma ciência que admite o espírito como realidade causal e uma ciência que restringe previamente a causalidade ao domínio físico. O caminho racional não é

declarar vencedora uma ontologia por definição, e sim permitir que os fatos, submetidos a métodos adequados, participem da decisão.

Referências

CHALMERS, Alan F. *O que é ciência, afinal?* São Paulo: Brasiliense, 1993.

KARDEC, Allan. *O Livro dos Espíritos*. Especialmente questões 614, 629, 630, 636 e 964. KardecPedia. https://kardecpedia.com/roteiro-de-estudos/2/o-livro-dos-espiritos

KARDEC, Allan. *O Livro dos Médiuns*. KardecPedia. https://kardecpedia.com/roteiro-de-estudos/3/o-livro-dos-mediuns

KARDEC, Allan. *O Evangelho segundo o Espiritismo*. Introdução, item II: "Autoridade da Doutrina Espírita". KardecPedia. https://kardecpedia.com/roteiro-de-estudos/887/o-evangelho-segundo-o-espiritismo

KARDEC, Allan. *O que é o Espiritismo?* KardecPedia. https://kardecpedia.com/roteiro-de-estudos/885/o-que-e-o-espiritismo

KARDEC, Allan. *Revista Espírita: Jornal de Estudos Psicológicos*, 1858-1869. KardecPedia. https://kardecpedia.com/roteiro-de-estudos/20/revista-espirita-jornal-de-estudos-psicologicos-1858

POPPER, Karl. *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo: Cultrix, 2004.

STANFORD ENCYCLOPEDIA OF PHILOSOPHY. "Scientific Method". https://plato.stanford.edu/entries/scientific-method/

STANFORD ENCYCLOPEDIA OF PHILOSOPHY. "The Problem of Induction". https://plato.stanford.edu/entries/induction-problem/

STANFORD ENCYCLOPEDIA OF PHILOSOPHY. "Theory and Observation in Science". https://plato.stanford.edu/entries/science-theory-observation/

STANFORD ENCYCLOPEDIA OF PHILOSOPHY. "Naturalism".

https://plato.stanford.edu/entries/naturalism/

STANFORD ENCYCLOPEDIA OF PHILOSOPHY. “Scientific Realism”. https://plato.stanford.edu/entries/scientific-realism/

As Sombras de Ismael no Movimento Febiano-Espírita

Da investigação kardeciana ao dogmatismo institucional

Ensaio crítico sobre a transformação do método espírita na Federação Espírita Brasileira

Introdução: o problema não é quem fala, mas como se decide o que é verdade

A história do Espiritismo no Brasil não pode ser compreendida apenas pela enumeração de instituições, médiuns, livros e dirigentes. Existe uma questão anterior e mais profunda: qual critério passou a determinar aquilo que poderia ser apresentado aos espíritas como doutrina? É nesse ponto que se encontra a divergência essencial entre o método formulado por Allan Kardec e o modelo que, ao longo do tempo, se consolidou em torno da Federação Espírita Brasileira (FEB).

A crítica desenvolvida neste ensaio não depende de julgar a sinceridade pessoal de Ismael, Jean-Baptiste Roustaing, Bezerra de Menezes, Guillon Ribeiro ou de qualquer dirigente da Federação. Também não exige negar a possibilidade de comunicações espirituais posteriores a Kardec. O problema é mais elementar: uma comunicação mediúnica, uma tradição espiritual ou uma interpretação

religiosa pode adquirir autoridade doutrinária simplesmente porque foi atribuída a um Espírito considerado elevado, porque foi recebida por um médium respeitado ou porque uma instituição importante decidiu adotá-la?

Para Kardec, a resposta é inequívoca: não. Nenhum nome, encarnado ou desencarnado, constitui por si mesmo garantia da verdade. A validade de uma afirmação depende do exame racional, da coerência com os fatos e, quando se trata de novos princípios transmitidos pelos Espíritos, da concordância obtida por fontes independentes. Essa estrutura metodológica impede que uma revelação particular se converta em dogma apenas pela força da autoridade.

A tese deste estudo é que a FEB deslocou progressivamente esse eixo. O método crítico e universalista de Kardec cedeu espaço a uma construção religiosa organizada em torno de tradições espirituais particulares, de uma narrativa providencial sobre o Brasil, da autoridade simbólica de Ismael e da incorporação institucional de elementos provenientes de Roustaing. O resultado foi uma transformação profunda: o Espiritismo apresentado por uma parcela decisiva do movimento brasileiro passou a funcionar muito mais como uma religião organizada do que como a ciência filosófica de observação concebida por Kardec.

1. O método de Kardec: autoridade dos fatos, não das pessoas

Antes de analisar a FEB, é necessário estabelecer com precisão o que se entende por método kardeciano. Kardec não se apresentou como profeta, sacerdote ou depositário exclusivo de uma revelação. Seu trabalho consistiu em reunir fenômenos, comparar comunicações, formular hipóteses, rejeitar explicações insuficientes e organizar resultados que considerava suficientemente corroborados.

Essa atitude aparece de maneira explícita em várias obras. Em O que é o Espiritismo?, ao discutir as contradições existentes nas comunicações mediúnicas, Kardec estabelece dois controles: primeiro, o exame severo da razão, do bom senso e da lógica; segundo, a concordância do ensino obtido por Espíritos e médiuns independentes entre si. O princípio é decisivo porque destrói a ideia de autoridade mediúnica individual.

“O primeiro controle é, pois, sem contradita, o da razão, ao qual cumpre se submeta, sem exceção, tudo o que venha dos Espíritos.” — Allan Kardec, O Evangelho segundo o Espiritismo, Introdução, II.

O alcance dessa regra é frequentemente subestimado. Kardec não diz que algumas comunicações devem ser submetidas à razão. Ele afirma que tudo o que venha dos Espíritos deve passar por esse controle, sem exceção. Isso inclui mensagens atribuídas a personagens venerados, orientadores espirituais de grupos, patronos de instituições e médiuns de grande reputação.

Em A Gênese, o mesmo princípio aparece sob outra perspectiva. Kardec sustenta que o Espiritismo, por estar apoiado em fatos, deve ser progressivo como as ciências de observação. Se novas descobertas demonstrarem que uma afirmação espírita está errada, essa afirmação deve ser modificada. Uma doutrina que se recusa a corrigir-se diante dos fatos deixa de seguir o método que lhe deu origem.

“Se novas descobertas lhe demonstrassem estar em erro acerca de um ponto qualquer, ele se modificaria nesse ponto. Se uma verdade nova se revelar, ele a aceitará.” — Allan Kardec, A Gênese, cap. I, item 55.

Não há, portanto, espaço lógico para ortodoxia baseada em fidelidade pessoal. Kardec não pede que o leitor seja kardecista no sentido de aceitar sua palavra como autoridade. O que ele exige é que toda proposição seja examinada de acordo com critérios que permanecem superiores ao próprio autor.

Esse detalhe muda completamente o problema histórico. A questão não é se uma doutrina posterior é “bonita”, consoladora, moralmente edificante ou transmitida por um Espírito respeitável. A questão é se passou pelo mesmo processo de validação exigido por Kardec antes de ser apresentada como pertencente ao Espiritismo.

2. O Controle Universal do Ensino dos Espíritos

O ponto central do sistema de validação de Kardec é aquilo que ele denominou Controle Universal do Ensino dos Espíritos. Não se trata de um acessório da Codificação, mas do mecanismo destinado precisamente a impedir que opiniões

individuais se convertam em revelações obrigatórias.

Na introdução de O Evangelho segundo o Espiritismo, Kardec parte de um problema elementar. Se os Espíritos tivessem revelado a doutrina a um único homem, seria necessário acreditar nesse homem sob palavra. Mesmo admitindo sua sinceridade, ele poderia reunir seguidores, mas não teria garantia suficiente para estabelecer uma doutrina universal. A solução está na multiplicidade independente das fontes.

Kardec explica que a concordância relevante não é aquela obtida por um médium que interroga diversos Espíritos, nem mesmo a obtida dentro de um único grupo. Influências comuns, obsessões, predisposições e sistemas previamente aceitos poderiam contaminar todos os resultados. A garantia séria exigiria comunicações espontâneas, provenientes de grande número de médiuns estranhos uns aos outros, em diferentes lugares.

“Uma só garantia séria existe para o ensino dos Espíritos: a concordância que haja entre as revelações que eles façam espontaneamente, servindo-se de grande número de médiuns estranhos uns aos outros e em vários lugares.” — Allan Kardec, O Evangelho segundo o Espiritismo, Introdução, II.

Esse método tem uma consequência imediata para o Espiritismo brasileiro: nenhuma tradição espiritual exclusivamente brasileira pode adquirir autoridade doutrinária apenas porque foi repetida dentro do próprio ambiente que já a aceita. A repetição de uma ideia por médiuns formados na mesma cultura religiosa não equivale ao controle universal concebido por Kardec.

Isso vale diretamente para a narrativa de Ismael como guia espiritual do Brasil, para a ideia de uma missão espiritual especial atribuída à nação brasileira e para qualquer sistema doutrinário desenvolvido posteriormente. Não é necessário declarar previamente que essas afirmações são falsas. É suficiente observar que, para serem incorporadas como princípios do Espiritismo, precisariam satisfazer o critério estabelecido pela própria Codificação.

Esse ponto é particularmente importante porque Kardec advertiu contra a formação de ortodoxias humanas ou espirituais. Ele recusava que um indivíduo, ou mesmo um Espírito isolado, pudesse impor-se como fonte doutrinária. O que deveria fundar a autoridade do Espiritismo era a universalidade, controlada simultaneamente pela razão.

3. A Revista Espírita: o laboratório do método

A Revista Espírita — Jornal de Estudos Psicológicos, publicada sob a direção de Kardec a partir de janeiro de 1858, permite observar o método em funcionamento. As obras fundamentais apresentam resultados organizados; a Revista mostra o processo pelo qual esses resultados eram discutidos, testados e frequentemente mantidos em estado provisório.

Ao longo de suas páginas, encontram-se relatos de fenômenos, comunicações contraditórias, hipóteses, objeções, cartas de leitores, estudos de casos, debates com adversários e retificações. Kardec não trata o material mediúnico como escritura revelada. Ele comenta, compara e, quando considera necessário, suspende o julgamento.

Essa atitude torna-se especialmente importante quando se examina a recepção de Os Quatro Evangelhos, de Jean-Baptiste Roustaing. Em 1866, Kardec publicou uma notícia bibliográfica sobre a obra. Reconheceu que ela continha elementos compatíveis com princípios já estabelecidos, mas recusou-se expressamente a aprovar suas teorias novas.

“Convém, pois, considerar essas explicações como opiniões pessoais dos Espíritos que as formularam [...] e, até mais ampla confirmação, não poderiam ser consideradas como partes integrantes da Doutrina Espírita.” — Allan Kardec, Revista Espírita, junho de 1866.

Kardec menciona especificamente a tese segundo a qual Jesus teria possuído um corpo fluídico, apresentando-se apenas com as aparências da corporeidade humana. Em vez de aceitá-la pela autoridade dos Espíritos que a teriam transmitido, classifica-a como hipótese, registra que já havia objeções sérias e afirma que os fatos poderiam ser explicados sem abandonar as condições da humanidade corporal.

Essa passagem é decisiva. O problema Roustaing não pode ser resolvido afirmando simplesmente que Kardec “elogiou” sua obra, porque o próprio texto estabelece uma separação nítida entre o que concordava com princípios já aceitos e aquilo que constituía teoria nova. Para essas teorias, Kardec exigiu exatamente

o que exigia de qualquer inovação: sanção futura e controle universal.

A Revista Espírita mostra, portanto, um pesquisador que se recusa a transformar uma hipótese mediúnica em dogma. Essa postura contrasta fortemente com o desenvolvimento posterior de uma cultura religiosa na qual livros psicografados e tradições espirituais passaram muitas vezes a ser recebidos pelo público como extensões naturais da Codificação.

4. O nascimento da FEB e a construção de uma missão providencial

A Federação Espírita Brasileira foi fundada no Rio de Janeiro em 2 de janeiro de 1884. O fato histórico, por si só, não apresenta qualquer dificuldade. A questão começa quando a história da instituição é reinterpretada como manifestação de um plano espiritual previamente estabelecido.

Em textos ligados à própria memória federativa, chama atenção a observação de que a FEB já nasceu com o título de "Federação" quando ainda não havia propriamente instituições federadas em torno dela. Em vez de tratar isso apenas como escolha organizacional de seus fundadores, a narrativa institucional passa a enxergar no fato um sinal de planificação superior.

Esse tipo de interpretação é significativo porque converte acontecimentos administrativos em indícios de uma missão providencial. A instituição deixa de ser apenas uma organização criada por homens com determinado projeto e passa a ser apresentada como instrumento terrestre de uma direção espiritual anterior à sua própria existência.

A partir daí, a história da FEB adquire um caráter sacralizado. Suas crises podem ser interpretadas como provas; sua permanência, como confirmação de uma missão; sua expansão, como cumprimento de um plano. O problema metodológico aparece quando a própria trajetória da instituição passa a ser usada como evidência da narrativa espiritual que a legitima. Forma-se um circuito fechado: a missão explica a instituição, e o sucesso da instituição confirma a missão.

5. Ismael e a transferência da autoridade

A figura de Ismael ocupa posição central nessa construção. Na tradição difundida no movimento federativo brasileiro, Ismael é apresentado como guia espiritual do Brasil e como referência da missão religiosa atribuída à FEB. O nome “Casa de Ismael”, longe de funcionar apenas como homenagem, expressa uma identidade espiritual institucional.

É preciso delimitar corretamente a crítica. O problema não está em admitir a possibilidade de existência de um Espírito chamado Ismael, nem em considerar legítimo que uma instituição tenha protetores espirituais. Kardec jamais negou a existência de Espíritos protetores de pessoas ou agrupamentos. O problema surge quando a palavra atribuída a esse guia se transforma em fundamento normativo para a identidade doutrinária de todo um movimento.

Sob o método kardeciano, a afirmação “Ismael é o guia espiritual do Brasil” continuaria sendo uma informação mediúnica particular até que estivesse suficientemente confirmada por fontes independentes e submetida ao crivo da razão. O mesmo vale para a missão especial do Brasil como “Pátria do Evangelho”. A importância cultural dessas narrativas não lhes confere automaticamente estatuto doutrinário.

Quando uma instituição fundamenta sua identidade em uma autoridade espiritual que ela própria reconhece como dirigente, ocorre uma alteração relevante no eixo epistemológico. Em Kardec, a autoridade está sempre submetida ao método. Nesse modelo, o método corre o risco de ficar submetido à autoridade.

A diferença parece sutil, mas é estrutural. Uma doutrina de exame pergunta: “como sabemos que isso é verdadeiro?”. Uma religião de autoridade pergunta: “quem disse isso?”. Quando o segundo critério prevalece, a reputação do Espírito, do médium ou da instituição passa a fazer o trabalho que deveria ser realizado pela demonstração.

6. Da autoridade da razão à autoridade institucional

A consolidação federativa também produziu outro deslocamento: o crescimento da autoridade institucional. A própria ideia de unificação pode ter valor administrativo legítimo. Instituições podem cooperar, compartilhar recursos e coordenar ações sem qualquer prejuízo à liberdade doutrinária. O problema começa quando unidade administrativa e unidade de pensamento passam a ser confundidas.

Kardec concebeu o Espiritismo de modo incompatível com uma ortodoxia produzida por uma autoridade central. A concordância universal não é uma votação institucional e não depende da homologação de uma federação. Ela resulta da convergência espontânea de ensinamentos independentes, submetidos ao exame crítico.

Quando uma instituição adquire enorme poder editorial, simbólico e federativo, suas escolhas passam inevitavelmente a influenciar aquilo que gerações inteiras de leitores entendem por Espiritismo. Livros publicados, autores promovidos, temas enfatizados, cursos padronizados e discursos de unificação criam uma cultura doutrinária mesmo sem a existência formal de um magistério.

Esse processo é especialmente importante no caso brasileiro. A FEB não precisou declarar-se uma igreja para exercer funções semelhantes às de uma autoridade religiosa: definiu cânones editoriais de fato, difundiu interpretações específicas, reforçou narrativas espirituais próprias e tornou-se referência para numerosas instituições filiadas ao movimento federativo.

A consequência não é necessariamente uma imposição jurídica. É uma forma mais difusa de autoridade: a tradição institucional passa a ser confundida com a própria Doutrina Espírita. Criticar uma interpretação da FEB pode então ser percebido como atacar o Espiritismo; questionar um livro consagrado pelo movimento pode parecer irreverência; submeter uma mensagem mediúnica popular ao mesmo exame exigido por Kardec pode ser tratado como excesso de racionalismo.

7. A inferiorização do Espiritismo científico

A transformação religiosa do Espiritismo brasileiro também dependeu de uma narrativa histórica específica: a ideia de que o movimento europeu, especialmente o francês, teria fracassado por concentrar-se excessivamente no fenômeno e na investigação, enquanto o Brasil teria desenvolvido corretamente a dimensão evangélica e moral.

Essa oposição contém um falso dilema. Em Kardec, ciência, filosofia e consequência moral não são projetos rivais. A moral espírita deriva de uma visão de mundo construída sobre a investigação dos fatos. Retirar o método e preservar apenas a edificação religiosa não significa completar Kardec, mas modificar a arquitetura de seu pensamento.

A Revista Espírita demonstra isso de maneira inequívoca. Kardec não considerava o estudo do fenômeno uma distração inferior diante da moral. O fenômeno era a base empírica pela qual questões sobre alma, sobrevivência, reencarnação, identidade e influência espiritual poderiam ser examinadas. Sem essa base, o Espiritismo correria o risco de regressar ao terreno da crença religiosa.

A religiosidade brasileira, porém, favoreceu outra recepção. Sermões, mensagens edificantes, romances mediúnicos e figuras carismáticas passaram a ocupar espaço muito maior do que investigação experimental, história doutrinária e crítica de fontes. O resultado foi a formação de uma cultura em que “sentir-se consolado” frequentemente adquiriu mais peso do que perguntar se determinada afirmação estava demonstrada.

A consequência histórica é profunda: em vez de o Espiritismo utilizar o método para investigar o mundo espiritual, o mundo espiritual passa a fornecer mensagens que orientam religiosamente o movimento. Troca-se uma ciência de observação das relações entre os dois planos por uma religião baseada em informações provenientes do plano invisível.

8. Roustaing: de hipótese não sancionada a patrimônio institucional

A relação da FEB com Jean-Baptiste Roustaing constitui um dos exemplos mais claros dessa transformação. Roustaing publicou Os Quatro Evangelhos em 1866 e apresentou sua obra como uma interpretação espiritual ampliada dos Evangelhos. Kardec analisou-a no mesmo ano e adotou postura metodologicamente cautelosa.

Como visto, Kardec recusou-se a aprovar as teorias novas de Roustaing. Declarou que deveriam ser consideradas opiniões pessoais dos Espíritos que as formularam até que recebessem confirmação mais ampla. Essa posição deveria ter consequências óbvias: qualquer incorporação posterior dessas ideias ao Espiritismo precisaria demonstrar que a sanção exigida por Kardec efetivamente ocorreu.

No entanto, a obra de Roustaing adquiriu espaço institucional relevante na FEB. A própria plataforma de consulta mantida historicamente pela Federação registra conceitos extraídos de Os Quatro Evangelhos e referencia edições publicadas pela casa editorial. Isso comprova que Roustaing não foi simplesmente uma curiosidade histórica externa ao movimento federativo; sua obra foi preservada, traduzida, editada e utilizada como fonte.

A divergência mais conhecida envolve o corpo de Jesus. Roustaing sustenta que Jesus não teria possuído um corpo carnal comum, mas um organismo de natureza fluídica, com aparência material. Kardec, ao comentar essa tese, reconheceu sua possibilidade abstrata dentro das propriedades do perispírito, mas enfatizou seu caráter hipotético e observou que os fatos poderiam ser explicados sem abandonar a humanidade corporal.

A diferença não é apenas cristológica. É metodológica. Roustaing edifica um sistema amplo a partir de comunicações mediúnicas específicas; Kardec recusa-se a aceitar esse sistema como doutrina sem confirmação universal. Quando uma instituição posteriormente promove a obra sem demonstrar que o requisito metodológico foi satisfeito, o problema não está apenas na conclusão teológica: está no critério que permitiu que a conclusão ganhasse autoridade.

Herculano Pires e Júlio Abreu Filho tornaram essa questão explícita em O Verbo e a Carne. Herculano tratou o roustainguismo como problema a ser submetido ao crivo da razão e criticou o espaço que a obra recebeu dentro da FEB. Ainda que o leitor discorde da severidade de sua linguagem, o núcleo de sua objeção coincide com o método de Kardec: uma teoria mediúnica não se torna verdadeira por tradição, prestígio ou antiguidade.

9. Bezerra de Menezes e a consolidação do eixo religioso

Bezerra de Menezes ocupa lugar fundamental na história da FEB. Sua importância institucional e sua atuação conciliadora são incontestáveis. A questão, novamente, não é medir suas virtudes pessoais, mas compreender a orientação que prevaleceu sob sua liderança.

O movimento espírita brasileiro do final do século XIX estava dividido por tensões entre tendências mais científicas, filosóficas e religiosas. A solução federativa buscou superar a fragmentação. Nesse processo, a orientação evangélico-religiosa tornou-se cada vez mais central.

Essa escolha teve eficácia histórica. Uma religião de consolação, caridade e disciplina moral possuía enorme capacidade de expansão em uma sociedade profundamente marcada pelo cristianismo. O Espiritismo tornou-se culturalmente reconhecível para milhões de brasileiros porque passou a falar a linguagem religiosa que eles já conheciam.

Mas eficácia sociológica não equivale a fidelidade metodológica. Quanto mais a prática se organizava em torno de palestras morais, evangelização, mensagens edificantes, assistência espiritual e literatura mediúnica, menor se tornava o espaço ocupado pelo laboratório experimental que caracterizara a fase kardeciana.

O paradoxo é evidente: a instituição que ajudou decisivamente a difundir o nome de Kardec no Brasil contribuiu também para consolidar um modelo de Espiritismo bastante diferente daquele que pode ser observado diretamente na Revista Espírita.

10. O Pacto Áureo: unificação administrativa e silêncio doutrinário

Em 5 de outubro de 1949 foi firmado o acordo que ficou conhecido como Pacto Áureo, marco da organização federativa nacional e da criação do Conselho Federativo Nacional. Seus defensores o apresentam como instrumento de cooperação e união entre as instituições espíritas brasileiras. Sob o ponto de vista administrativo, essa finalidade é perfeitamente compreensível.

A dificuldade está em outro nível. Uma estrutura criada para preservar a união tende naturalmente a desestimular conflitos que possam ameaçá-la. Quando existem divergências doutrinárias profundas, a manutenção da harmonia pode ser obtida de duas formas: examinando abertamente os pontos em conflito ou evitando que eles sejam discutidos.

Herculano Pires sustentou que, no caso do roustainguismo, consolidou-se uma espécie de cortina de silêncio. Sua crítica ganhou particular significado quando, no início da década de 1970, a promoção da obra de Roustaing voltou a receber destaque, tornando visível uma divergência que durante longo período permanecera pouco conhecida das novas gerações.

O ponto relevante não é atribuir ao Pacto Áureo uma intenção conspiratória. Isso seria simplificar o problema. O mecanismo é institucional: quanto maior o valor atribuído à unidade, maior a tendência de tratar a controvérsia doutrinária como inconveniente. O resultado pode ser uma paz aparente obtida não pela solução racional das divergências, mas pela ausência de debate.

Essa atitude é incompatível com a própria história da Codificação. Kardec publicava objeções, respondia adversários, comparava sistemas e expunha contradições. Para ele, o conflito intelectual não era necessariamente uma ameaça à Doutrina; podia ser instrumento para eliminar o erro. Uma instituição que prefere o silêncio à controvérsia corre o risco de proteger precisamente aquilo que deveria ser examinado.

11. A questão decisiva: qual é o critério de validação?

Neste ponto, torna-se possível retirar da discussão todos os elementos pessoais e sentimentais. Não é necessário perguntar se Ismael é um Espírito elevado. Não é necessário decidir se Roustaing era sincero. Não é necessário questionar a bondade de Bezerra de Menezes ou o valor social das obras da FEB.

A pergunta decisiva é outra: por qual procedimento uma afirmação passou a ser aceita como integrante do Espiritismo?

Se a resposta for “porque um Espírito superior afirmou”, o método de Kardec foi abandonado. Se for “porque um médium respeitável recebeu”, o método foi abandonado. Se for “porque a FEB publicou”, o método foi abandonado. Se for “porque milhões de espíritas acreditam”, o método continua abandonado.

Para Kardec, a autoridade não nasce da quantidade de devotos, da reputação do mensageiro ou do prestígio da instituição. O critério é composto: razão, fatos, coerência e, para princípios mediúnicos novos, concordância universal obtida em condições de independência.

Essa diferença explica grande parte dos conflitos contemporâneos sobre a identidade espírita. Muitos debates parecem opor “kardecistas” a “chiquistas”, “roustainguistas”, “religiosos” ou “científicos”. Na realidade, a divisão mais profunda está entre critérios distintos de conhecimento. Um lado considera legítima a formação de uma tradição espiritual acumulativa, na qual novas obras e médiuns ampliam naturalmente a doutrina. O outro exige que toda ampliação seja submetida ao mesmo método que deu origem à Codificação.

Sem esclarecer essa diferença, qualquer discussão doutrinária torna-se interminável. Cada grupo apresenta suas autoridades favoritas e nenhuma conclusão é possível. Quando o método volta ao centro, a pergunta deixa de ser “em quem você acredita?” e passa a ser “como essa afirmação foi demonstrada?”.

Conclusão: duas formas diferentes de entender o Espiritismo

A história da Federação Espírita Brasileira pode ser lida como uma história de extraordinário sucesso institucional. A FEB atravessou crises, organizou redes federativas, publicou milhares de obras, contribuiu para a expansão do movimento e tornou-se uma das instituições espíritas mais influentes do mundo.

Mas sucesso institucional e fidelidade metodológica são questões diferentes.

O Espiritismo de Kardec nasce de uma postura investigativa: fatos antes das teorias, razão acima da autoridade, comunicações comparadas, hipóteses mantidas como hipóteses e abertura permanente à correção. Seu mecanismo contra o dogmatismo é precisamente a ausência de uma fonte humana ou espiritual infalível.

O modelo consolidado no Brasil em torno da FEB seguiu outra direção. A instituição ganhou uma narrativa providencial própria; Ismael tornou-se símbolo de uma direção espiritual nacional; o Brasil foi apresentado como possuidor de uma missão religiosa singular; obras mediúnicas particulares adquiriram enorme autoridade cultural; Roustaing foi preservado e promovido apesar da cautela explícita de Kardec; e a unificação institucional passou a ocupar posição central na organização do movimento.

Essas mudanças não constituem simples adaptações culturais. Elas alteram o mecanismo pelo qual se decide o que merece crédito. Onde Kardec exige validação, instala-se tradição. Onde exige comparação, surge autoridade. Onde mantém hipóteses abertas, formam-se crenças consolidadas.

Por isso, o conflito não deve ser reduzido a uma disputa entre admiradores e críticos da FEB. Ele envolve duas concepções diferentes de Espiritismo. A primeira entende o Espiritismo como doutrina progressiva, experimental e racional, cuja autoridade permanece dependente do método. A segunda funciona como religião institucionalizada, estruturada por tradições, interpretações espirituais privilegiadas e referências simbólicas próprias.

Resgatar Kardec, nesse contexto, não significa transformá-lo em nova autoridade

infalível. Seria contraditório. Significa recuperar precisamente aquilo que impede qualquer pessoa, médium, Espírito ou instituição de se tornar infalível.

O retorno necessário não é apenas aos livros, mas ao procedimento intelectual que os produziu. Ler Kardec sem aplicar seu método é conservar a letra e abandonar o princípio. Aplicar o método significa aceitar que toda afirmação pode ser questionada, toda comunicação deve ser examinada e toda teoria permanece subordinada aos fatos.

A questão final, portanto, não é se o espírita deseja permanecer sob a bandeira simbólica da Casa de Ismael ou adotar outra identidade institucional. É anterior a isso: deseja ele uma doutrina cuja verdade dependa da autoridade de seus mensageiros ou uma investigação em que até os mensageiros permaneçam submetidos à verdade?

É nesse ponto que as duas trajetórias se separam. E é nesse ponto que se encontra a diferença fundamental entre a tradição religiosa consolidada no Espiritismo brasileiro e o projeto crítico, progressivo e antidogmático que Allan Kardec procurou construir.

Referências online consultáveis

1. Allan Kardec — O Evangelho segundo o Espiritismo, Introdução, II: Autoridade da Doutrina Espírita / Controle Universal do Ensino dos Espíritos

2. Allan Kardec — O que é o Espiritismo?, cap. II, item 99: contradições e critérios de verdade

3. Allan Kardec — A Gênese, cap. I, item 55: caráter progressivo do Espiritismo

4. Allan Kardec — Revista Espírita, 1866, notícia bibliográfica “Os Evangelhos explicados (Pelo Sr. Roustaing)”

5. Federação Espírita do Distrito Federal — Movimento Espírita Brasileiro: fundação da FEB e concepção de origem espiritual

6. União Espírita Mineira — Pacto Áureo: histórico do acordo de 5 de outubro de 1949

7. Fundação Maria Virgínia e J. Herculano Pires — Herculano Pires e sua crítica ao roustainguismo

8. Sistema FEB — exemplo de verbete que utiliza Os Quatro Evangelhos, de Roustaing, como referência

9. Escorço histórico da FEB — versão HTML consultável, com a afirmação de que, na fundação, “nada havia propriamente a federar”